

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO

JOÃO VITOR RODRIGUES GONÇALVES

**DA ESQUINA À ESCOLA: (RE)INSERÇÃO EDUCACIONAL DE TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA**

BRASÍLIA

2023

JOÃO VITOR RODRIGUES GONÇALVES

**DA ESQUINA À ESCOLA: (RE)INSERÇÃO EDUCACIONAL DE TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA**

Dissertação apresentada à Escola de
Políticas Públicas e Governo da Fundação
Getúlio Vargas, como requisito para
obtenção do título de Mestre em Políticas
Públicas e Governo.

Área de concentração: Políticas Públicas e
Governo

Orientadora: Prof. Dra. Liziane Angelotti Meira

BRASÍLIA

2023

Gonçalves, João Vitor Rodrigues.

Da esquina à escola : (re)inserção educacional de travestis e transexuais do programa Transcidadania / João Vitor Rodrigues Gonçalves. - 2023.

54f.

Orientador: Liziane Angelotti Meira.

Dissertação (mestrado MPPG) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Políticas Públicas e Governo.

1. Integração social. 2. Evasão escolar. 3. Políticas públicas - São Paulo (SP). 4. Transexuais. 5. Travestis. I. Meira, Liziane Angelotti. II. Dissertação (mestrado MPPG) – Escola de Políticas Públicas e Governo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 35(816.11)

JOÃO VITOR RODRIGUES GONÇALVES

**DA ESQUINA À ESCOLA: (RE)INSERÇÃO EDUCACIONAL DE TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA**

Dissertação apresentada à Escola de
Políticas Públicas e Governo da Fundação
Getúlio Vargas, como requisito para
obtenção do título de Mestre em Políticas
Públicas e Governo.

Área de Concentração: Políticas Públicas
e Governo

Data de aprovação: 12/05/2023

Banca examinadora:

Prof. Dra. Liziane Angelotti (Orientador)
FGV-EPPG

Prof. Dr. Bernardo Oliveira Buta
FGV-EPPG

Prof. Dr. Rezende Bruno de Avelar
UEG

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa a todos aqueles que se propõe, diariamente, a transformar dores e sofrimentos silenciados pela história em sonhos possíveis e, com certa ajuda, realizáveis. Esse trabalho também é seu, mamãe. Minhas realizações e minhas conquistas também são suas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os sujeitos que, diretamente ou não, colaboraram no desenvolvimento dessa pesquisa. Em especial à CAPES, que tornou esse sonho em realidade. E, sobretudo, à professora Liziane, minha orientadora, cuja liberdade de trabalho e confiança concedida durante toda trajetória acadêmica serviram de base para minha formação profissional. Gratidão, respeito e admiração à senhora, professora.

Em tempo, agradeço a equipe gestora do programa Transcidadania, com carinho especial à coordenadora Fe Maidel, que acreditou fielmente nessa pesquisa. Grato pelo carinho, paciência e empenho em tornar-se o elo mais importante desse sonho possível. Agradecimento especial aos colegas que fiz e que, no curto espaço de tempo, tornaram-se amigos valiosos. Ana Paula, Wendy Andrade, Adriana Nico, grande Márcio e, especialmente, de maneira carinhosa, a Claudinha (um ser divino em terras habitadas por seres humanos quase sempre indecifráveis)- levo vocês no coração.

De modo paralelo, agradeço ao indescritível prof. Rezende Bruno de Avelar, querido amigo que a Universidade Estadual de Goiás me concedeu cuja amizade é regada e cultivada até hoje, rendendo frutos, afeto e muito respeito. Sou imensamente grato por tê-lo novamente comigo nessa importante etapa de minha vida. Por fim, faço um agradecimento especial aos colaboradores da FGV que, embora não tenham tido participação efetiva na construção dessa pesquisa, me ajudaram, diariamente, com gestos, atitudes e palavras de conforto e incentivo, além de constante motivação, dotadas de carinho e simplicidade carregados em suas falas.

O incentivo de todos vocês foi primordial.

EPÍGRAFE

*“Nossa fundação é humana, não sexual. Minha comunidade morre **todos os dias**, seja de HIV/AIDS, seja de transfobia ou homofobia [...] E eu jamais pedirei a qualquer um de vocês por respeito. **Eu vou exigir isso!** Você não irá dizer que me aceita. Você não irá dizer que me tolera. **Você não tem esse poder.** Eu retiro isso de você. Você irá me respeitar por quem eu sou!*

*Discurso de **Dominique Jackson**, atriz transexual, quando recebeu o Prêmio Nacional de Igualdade no XXIII Jantar Nacional Anual do Human Rights Campaign.*

RESUMO

Travestis e transexuais, compreendidos como pessoas trans, são cotidianamente submetidas a um processo histórico e recorrente de exclusão social involuntária. Em razão desse fenômeno, determinados espaços sociais, incluso a escola, tendem a invalidar a presença desses indivíduos em coletividade e, sobretudo, empenham-se em reproduzir estereótipos e maximizar preconceitos vivenciados reiteradamente por essa comunidade. Como consequência, a evasão escolar torna-se, além de um método de sobrevivência, uma decisão impositiva e, em certo grau, compulsória para a maioria desses indivíduos. Diante desse cenário, presume-se, implicitamente, a notória necessidade da busca por soluções que possam atuar, enfaticamente, na reversão desse quadro social. Por isso, essa pesquisa, de característica empírica, pretende mapear, descrever e analisar o modelo de (re)inserção social do programa Transcidadania da cidade de São Paulo, de forma a considerá-la como uma ferramenta destinada a promover a (re)inserção educacional de travestis e transexuais nos ambientes escolares. De modo paralelo, a pesquisa busca identificar os fatores que dão sustentação ao modelo adotado pelo programa para (re)inserir seu público-alvo nos espaços escolares. A abordagem metodológica utilizada na estruturação dessa pesquisa é de característica predominantemente qualitativa, complementada pelo aspecto exploratório e descritivo. Metodologicamente, o estudo configura-se como um estudo de caso único devido a singularidade e especificidade do tema de pesquisa e do objeto a ser analisado. As informações e conteúdo institucional apresentado nessa pesquisa foram gentilmente compartilhadas pela gestão do programa Transcidadania, por meio da criação de processo interno passível de sigilo institucional. Os resultados apontam, em síntese, que o processo de (re)inserção social, pautada no modelo de (re)inserção educacional utilizado pelo programa Transcidadania é estruturado por meio de três eixos de atuação: (1) Acolhimento; (2) Incentivo e; (3) Monitoramento. Cada eixo possui um instrumento de execução, público-alvo previamente estabelecido e finalidade delimitada. Embora seja passível de avanços e de profundas melhorias, o modelo pode ser considerado um instrumento promissor para promover a reintegração de travestis e transexuais em sociedade por meio da educação, especialmente em cidades e metrópoles importantes que apresentam graves índices de violações de direitos humanos, sobretudo direcionados as pessoas trans. Por fim, recomenda-se, como contribuições futuras da pesquisa, a difusão do modelo analisado aos demais entes federados como uma tentativa capaz de romper com o ciclo intergeracional da exclusão cada vez mais habitual na vida de pessoas trans.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil. Gênero. LGBTQIA+. Políticas Públicas. Transcidadania. Transexuais. Travestis.

ABSTRACT

Travestis and transgenders understood as trans people, are routinely subjected to a historical and recurrent process of involuntary social exclusion. Due to this phenomenon, certain social spaces, including schools, tend to invalidate the presence of these individuals in collective environments and, above all, work to reinforce stereotypes and amplify the prejudices repeatedly experienced by this community. As a consequence, school dropout becomes not only a survival strategy but also an imposed and, to some extent, compulsory decision for the majority of these individuals. Given this scenario, there is an implicit recognition of the pressing need to seek solutions that can effectively contribute to reversing this social situation. Therefore, this empirical research aims to map, describe, and analyze the social (re)integration model of the *Transcidadania* program in the city of São Paulo, considering it as a tool designed to promote the educational (re)integration of transvestites and transsexuals into school environments. Simultaneously, the study seeks to identify the factors that sustain the model adopted by the program to (re)integrate its target audience into educational spaces. The methodological approach employed in this research is predominantly qualitative, complemented by exploratory and descriptive aspects. Methodologically, the study is structured as a single case study due to the unique and specific nature of the research topic and the object of analysis. The institutional information and content presented in this study were kindly shared by the management of the *Transcidadania* program through an internal process subject to institutional confidentiality. The results indicate, in summary, that the social (re)integration process, based on the educational (re)integration model used by the *Transcidadania* program, is structured around three axes of action: (1) Welcoming; (2) Encouragement; and (3) Monitoring. Each axis has an implementation instrument, a pre-established target audience, and a defined purpose. Although the model is open to advancements and significant improvements, it can be considered a promising tool for promoting the reintegration of transvestites and transsexuals into society through education—particularly in major cities and metropolises with severe rates of human rights violations, especially those targeting trans people. Finally, as future contributions of this research, it is recommended that the analyzed model be disseminated to other federated entities as an attempt to break the intergenerational cycle of exclusion that has become increasingly commonplace in the lives of trans people.

KEYWORDS: Brazil. Gender. LGBTQIA+. Public Policies. *Transcidadania*. Transgenders. *Travestis*.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFC – Universidade Federal do Ceará.....	13
ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.....	14
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e Assexuais	14
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.....	14
NUH – Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT.....	14
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais	14
CPLGBTI+ – Coordenação de Políticas para LGBTI+	17
SMDHC – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo.	17
LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados.....	17
CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea	19
CFM – Conselho Federal de Medicina.....	20
APA - American Psychological Association.....	20
DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais	21
OMS – Organização Mundial da Saúde	21
CID – Classificação Internacional de Doenças	21
ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais	30
PACT - Programa Ação Coletiva de Trabalho.....	31
POT – Programa Operação Trabalho	31
POTLGBT – Programa Operação Trabalho para pessoas LGBT	31
CADS - Coordenação de Políticas de Atenção à Diversidade Sexual	32
CRD - Centro de Referência e Defesa da Diversidade.....	32
ONU – Organização das Nações Unidas.....	33
HIV/AIDS - Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.....	36
PIA - Plano Individual de Atendimento	39
EJA – Educação de Jovens e Adultos.....	39
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego	39
FFI – Folha Individual de Frequência	40
SMDet – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Trabalho.....	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – As consequências do estigma	27
Figura 2 – A construção temporal do programa Transcidadania.....	31
Figura 3 – Estruturação do programa Transcidadania.....	34
Figura 4 – Equipe multiprofissional do programa Transcidadania.....	38
Figura 5 - Estrutura do processo de (re)inserção educacional utilizado pelo programa Transcidadania.....	42
Figura 6 – Incentivo monetário como ferramenta do processo de (re)inserção educacional	45
Figura 7 – Metas Educacionais.....	48

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	MÉTODOS DE PESQUISA	16
2.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS	16
2.2	SOLICITAÇÃO E COLETA DOS DADOS.....	17
2.3	ESTRUTURA TEÓRICA	18
3	REFERENCIAL TEÓRICO	20
3.1	A ORIGEM DO ESTIGMA: TRANSEXUALIDADE NA EXPERIÊNCIA MÉDICA.....	20
3.2	BREVES DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO E TRANSEXUALIDADE.....	23
3.3	CONSEQUÊNCIAS DO ESTIGMA: MARGINALIZAÇÃO SOCIAL COMPULSÓRIA	26
4	O PROGRAMA TRANSCIDADANIA	31
4.1	A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA	31
4.2	ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA POLÍTICA	34
4.3	ANÁLISE E SELEÇÃO DOS CANDIDATOS	37
4.4	FUNCIONAMENTO E MONITORAMENTO	38
4.5	PENALIDADES E DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO.....	40
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	41
5.1	ACOLHIMENTO	42
5.2	INCENTIVO	44
5.3	METAS EDUCACIONAIS	47
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
	REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

Travestis¹ e transexuais² são, em sua maioria, retirados involuntariamente do convívio social em razão de suas singularidades e, por consequência, tendem a enfrentar severas dificuldades ao tentar se (re)inserir e se (re)integrar em sociedade (AVELAR *et al.*, 2022). A maioria das políticas públicas direcionadas a pessoas trans³ no Brasil estão relacionadas a questões de saúde/doença e com o combate à exploração sexual, distanciando-se das verdades e necessárias políticas de inclusão (ANDRADE, 2012)⁴.

Historicamente, a escolaridade é considerada um obstáculo clássico na vida de pessoas trans, devido ao fato de que, desde a infância, o convívio nesse espaço social é tido como potencialmente hostil, impactando diretamente sua permanência (PANIZA; MORESCO, 2022). Classificado um ambiente nocivo para maioria desses indivíduos, a escola passou a se estabelecer como um mecanismo mantenedor de comportamentos tidos como “coniventes e aceitáveis” em relação aos padrões de gêneros e sexualidades dominantes (LONGARAY; RIBEIRO, 2015). Esses valores contribuem para (re)produzir diferenças, distinções e desigualdades históricas reforçados diariamente por comportamentos discriminatórios e excludentes, presentes de forma sistemática na sociedade e, de modo habitual, nos ambientes escolares (LIMA, 2020; GONÇALVES, 2018a; 2018b; 2018c).

Como produto desse quadro social, esses comportamentos se convertem, mesmo que de modo subliminar, em episódios discriminatórios recorrentes no convívio escolar em desfavor das minorais. Desse modo, a escola configura-se como um espaço incapaz de oportunizar acolhimento e respeito, de modo a contribuir como um espaço (re)produtor de rejeição, de modo

¹ Entendem-se e identificam-se como mulheres, embora ainda convivam em dualidade com o seu órgão sexual anatômico designado no nascimento (AVELAR *et al.*, 2022). Segundo os autores, “travestis”, com considerável naturalidade, assumem comportamentos e papéis sociais femininos no seu cotidiano e acabam por desempenhar funções e atividades de expectativa e ordem social compatíveis ao gênero no qual se identificam. Ao contrário do senso comum, indivíduos que se afirmam travestis não interpretam a redesignação sexual como procedimento inerente a sua condição identitária. Em resumo, estabelecem uma relação de conformidade com o sexo biológico e priorizam, por via de regra, adereços, vestuários e pequenas modificações corporais com a finalidade centrada no ideal feminino.

² De modo geral, entende-se como um indivíduo que possui incompatibilidade entre sua identidade de gênero e seu sexo biológico, podendo, ou não, realizar intervenções cirúrgicas para readequar-se fisicamente ao gênero no qual se assemelha (RODRIGUES GONÇALVES; SIMANCAS TRUJILLO, 2020). Ao contrário do conhecimento popular, o “transexual de verdade” não apresenta nenhum problema de ordem biológica, mas possui convicção de que está em um corpo equivocado que não é compatível com sua identidade (BENTO, 2017).

³ O termo “pessoas trans” será utilizado nessa dissertação como expressão de referência a travestis, homens e mulheres transexuais.

⁴ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Luma de Andrade é considera a primeira travesti a possuir o título no Brasil. Sua pesquisa, intitulada como “Travesti na Escola: Assujeitamento e/ou Resistência a Ordem Normativa” é baseada na crítica sobre a ausência de políticas públicas voltadas à inclusão de transexuais e travestis nas escolas e no mercado de trabalho formal.

a considerar como produto desse processo a manutenção do fenômeno recorrente da evasão escolar (AVELAR *et al.*, 2022).

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil realizada em 2016 pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), cerca de 60% dos alunos autodeclarados lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer's, intersexos, assexuais e demais denominações (LGBTQIA+) se sentiam inseguros na escola em razão de sua orientação sexual e 43% deles por causa de sua identidade/expressão de gênero (ABGLT, 2016)⁵. De forma complementar, o estudo encomendado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) apontou que, em média, 34,6% dos pais e mães⁶, 44,4% dos meninos e 15% das meninas⁷ não gostariam que seus filhos ou colegas de classe fossem LGBTQIA+ (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004, ABRAMOVAY; CUNHA; CALAF, 2009). Além disso, cerca de 60% dos professores⁸ afirmaram não estar suficientemente bem “informados” para abordar a questões de gênero e sexualidade em sala de aula (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

Como fator inerente à consolidação desse cenário, os ambientes educacionais acabam por cultivar o desejo de “eliminar” aqueles que “contaminam” o espaço escolar, tornado o processo de evasão uma realidade cada vez mais frequente para pessoas trans (BENTO, 2011). De acordo com os dados do Projeto Trans⁹ realizado no ano de 2015 pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mais de 90% destes indivíduos ainda não concluíram a educação básica (NUH, 2015).

Diante desse quadro, é necessário problematizar questões que tenham como prioridade buscar soluções práticas para a reversão deste quadro. O Estado, por meio da criação de políticas públicas direcionadas a esta comunidade, poderia ser capaz de incentivar e garantir a (re)inserção de travestis e transexuais nos ambientes escolares?

Criado em 2015, no final da gestão Haddad, o programa Transcidadania, considerado política de referência nacional sobre o tema, pode ser interpretado como um exemplo de sucesso capaz de responder o problema de pesquisa. O programa é o objeto de análise dessa dissertação. Destinado exclusivamente a pessoas trans em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o

⁵ Dados extraídos da seção “Principais Resultados”, localizada na página nº 19 do autor mencionado.

⁶ Dados extraídos da “Tabela 6.6”, localizada na página nº 282 do autor mencionado.

⁷ Dados extraídos da “Tabela 3.7”, localizada na página nº 194 do autor mencionado.

⁸ Dados extraídos da seção “Sumário”, localizada na página nº 253 do autor mencionado.

⁹ Dados extraídos da seção “Educação” - “Gráfico 8” – “Taxa de Escolaridade das Entrevistas” do autor mencionado.

programa é estruturado por meio de um sistema de condicionalidades que tem por objetivo comum desenvolver a autonomia e o pleno exercício da cidadania baseado principalmente no acesso/retorno a educação.

Em linhas gerais, o principal objetivo dessa pesquisa é centrado em analisar e descrever o programa Transcidadania como política pública destinada a promover a (re)inserção educacional de pessoas trans e travestis nos ambientes escolares. Tratando-se de objetivos mais específicos, esta pesquisa busca: (i) compreender e descrever os fatores que contribuem no processo de (re)inserção de pessoas trans na educação; (ii) contribuir no debate público sobre a criação e viabilidade de possíveis iniciativas, políticas ou programas similares em nível nacional; (iii) torná-lo, por meio de estudos posteriores subsidiados por intermédio desta pesquisa, modelo de política pública passível de difusão entre os demais entes federados.

A presente pesquisa justifica-se pela escassez de dados do programa e pela baixa produção científica disponível sobre o tema no âmbito acadêmico. Por meio dos resultados apresentados, a pesquisa reafirma seu caráter inovador e, ao mesmo tempo, deve contribuir para o aprimoramento do programa Transcidadania como política capaz de demonstrar a eficiência de programas condicionais de renda com recortes de gênero para minorias sociais.

Após esta introdução, o próximo capítulo aborda os procedimentos e aspectos metodológicos da pesquisa, prevalecer destacando a predominância de uma abordagem exploratória com característica qualitativa. O terceiro capítulo dedica-se a organizar o referencial teórico que fundamentou a escrita desta dissertação. O quarto capítulo faz menção ao programa Transcidadania, com ênfase em questões relacionadas ao seu processo de criação e estrutura de atuação. O quinto e último capítulo, que antecede as considerações finais da pesquisa, faz referência aos resultados e discussões.

2 MÉTODOS DE PESQUISA

Esse capítulo está estruturado em três tópicos que tratam, em síntese, sobre os processos metodológicos utilizados na pesquisa. O primeiro tópico apresenta uma breve contextualização do caráter metodológico da pesquisa. O segundo tópico é focado na descrição do processo de organização e coleta dos dados. O terceiro tópico faz breves considerações sobre os principais autores utilizados na estruturação e fundamentação teórica.

2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Tratando-se de questões relacionados à estruturação metodológica, a principal abordagem utilizada nessa pesquisa é de característica qualitativa, complementada por um aspecto descritivo e exploratório. Problemas de ordem social e, inclusive, suas implicações e contribuições para sociedade devem ser analisadas a partir de um conceito metodológico voltado para valorização das relações humanas, tendo como foco a qualidade das informações apresentadas na pesquisa (AVELAR *et al.*, 2022; GONÇALVES *et al.*, 2022). O enfoque qualitativo se conecta a esse propósito. Em resumo, a análise qualitativa desempenha o papel de refinar, enfatizar e estruturar, com maior prudência, a qualidade das informações coletadas e posteriormente discutidas ao longo da pesquisa (RODRIGUES GONÇALVES; SIMANCAS TRUJILLO, 2020).

O aspecto descritivo, por sua vez, o trabalho está centrado principalmente nas questões relacionadas ao seu processo de elaboração e execução do programa Transcidadania, objeto de análise dessa pesquisa. Por fim, o caráter exploratório, considerado base metodológica complementar, busca estabelecer uma maior proximidade do pesquisador com problema de pesquisa com o objetivo de contribuir na fundamentação teórica baseando-se em estudos similares publicados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, GIL, 2007). A escolha pela análise qualitativa está relacionada, em primeiro momento, com a ausência de uma base de dados concisa do programa Transcidadania.

A ausência, por sua vez, inviabiliza a utilização de métodos de análise quantitativos e dificulta a possibilidade da construção de um diagnóstico mais específico, em especial para questões associadas à eficácia do programa em relação a escolaridade de seus beneficiários. O uso das tecnologias digitais configurou-se como um importante processo intermediador que passou a substituir a necessidade da pesquisa em campo e permitir maior agilidade no processo de coleta dos dados. A solicitação e obtenção dos dados e informações sobre o programa,

utilizados na construção dessa pesquisa, transcorreu, desde o primeiro contato, de forma remota devido a impossibilidade de deslocamento físico do pesquisador responsável junto a instituição encarregada pela gestão do programa.

2.2 SOLICITAÇÃO E COLETA DOS DADOS

A necessidade da realização de entrevistas e possível tramitação de processos institucionais em comitê de ética foi descartada tendo em vista que as informações concedidas pela gestão do programa para construção dessa pesquisa dizem respeito aos procedimentos e normas técnicas estabelecidas em âmbito institucional, embora ainda não disponíveis para acesso e conhecimento público. Portanto, a necessidade de aplicação de entrevistas semiestruturadas ou qualquer interação humana com os beneficiários, agentes administrativos ou egressos do programa Transcidadania também foi descartada. O estudo deteve-se em analisar o processo de (re)inserção educacionais dos beneficiários do programa restringindo-se na análise descritiva dos fatores que compõem a estruturação desse processo.

A interlocução entre o pesquisador e a Coordenação de Políticas para LGBTI+ (CPLGBTI+), órgão vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo (SMHDC) e responsável pela gestão do Programa Transcidadania, durou pouco mais de dois meses e foi realizada por meio dos canais oficiais de comunicação, exclusivamente através da troca de *e-mails* institucionais. A solicitação dos dados resultou na abertura de um processo interno criado pela CPLGBTI+ com a finalidade de atender as informações requisitadas pelo pesquisador. O processo interno, considerado procedimento obrigatório para liberação dos dados e informações sobre o programa, não possui acesso público e não se encontra disponível para consulta.

De acordo com a CPLGBTI+, o processo é realizado para fins de controle interno da própria coordenação, o que impede a divulgação do trâmite processual para o acesso público externo. O argumento apresentado pela coordenação é de que a eventual divulgação do número ou qualquer identificação referente a processo fere os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e pode ocasionar exposição de dados considerados de domínio particular.

Para compartilhar informações referentes ao programa, a coordenação prevê a obrigatoriedade do envio de documentação pessoal, projeto de pesquisa e solicitação dos dados e informações categorizados e especificados. Os dados solicitados foram divididos em dois cenários distintos, sendo: (i) informações sobre a escolaridade dos beneficiários antes e após a vinculação ao programa e; (ii) informações sobre os fatores que contribuem na estruturação do

processo de (re)inserção educacional.

Apesar do empenho da CPLGBTI+, os dados enviados pela gestão do programa que fazem referência à escolaridade dos beneficiários apresentavam, em sua descrição, um grau de elevada inconsistência, tornando sua utilização como possível componente dos resultados e discussões dessa pesquisa inviável. Para além desse cenário, outras informações consideradas relevantes para a pesquisa como, por exemplo: dados sobre renda, raça, etnia, moradia, questões relacionadas à empregabilidade, registros sobre abandono/desistência e outros fatores que poderiam contribuir na construção de um diagnóstico amplo a respeito do programa não foram disponibilizados pela gestão em sua totalidade tornando-se, por consequência, também inviáveis para utilização na pesquisa.

Embora seja considerado um programa de caráter inovador, o Transcidadania é uma política passível de acompanhamento e de estudos permanentes relacionadas à avaliação e monitoramento de resultados. As obras publicadas capazes de apresentar e discutir resultados relacionados ao desempenho programa ainda são consideradas escassas. Além disso, o programa não dispõe de uma ferramenta, sistema ou *software* capaz de monitorar o acompanhamento sobre o progresso relacionado a escolaridade dos beneficiários egressos, o que dificulta mensurar quantitativamente a eficácia da política como um mecanismo de reinserção educacional eficiente.

Portanto, neste estudo, o foco é direcionado a investigar, sob uma ótima qualitativa, a estrutura institucional do processo de (re)inserção dos beneficiários do programa Transcidadania com finalidade de identificar e descrever os fatores que influenciam na composição desse processo. Nesse segundo cenário, as informações cedidas pela CPLGBTI+ sobre os fatores que compõe o processo de reinserção serão utilizadas na construção dos resultados e discussões dessa dissertação.

2.3 ESTRUTURA TEÓRICA

Para fundamentar a escrita dessa pesquisa, em especial seu escopo teórico, foi necessária a utilização de uma base teórica plural, capaz de fundamentar as discussões relacionadas a gênero e transexualidade e, por consequência, suas implicações sociais.

O marco inicial do debate teórico é centrado das discussões sobre a patologização da transexualidade. Nesse tópico, a patologização da transexualidade na experiência médica pode ser considerada a grande base propulsora dos estigmas sociais atribuídos historicamente à comunidade. Para fomentar as discussões sobre este assunto, faz-se necessário a utilização das

obras de Almeida e Murta (2013) e Lionço (2009).

Em seguida, o segundo tópico busca descrever brevemente os conceitos de “gênero e transexualidade”, fundamentais para fomentar as discussões sobre a compreensão do “ser transexual”. Para fundamentação teórica, foram utilizadas, entre outras produções acadêmicas relevantes, as obras clássicas de Butler (2003) e Bento (2017) e, em partes, as contribuições de Avelar *et al.* (2022).

Por fim, o último tópico do referencial teórico apresenta um panorama dos dilemas vivenciados diariamente por pessoas trans e os desafios encontrados no processo de (re)inserção educacional. Para fomentar as discussões sobre este assunto, faz-se necessária a utilização das obras de Lima (2020) e Souza e Bernardo (2015) complementadas pelos estudos desenvolvidos pelo NUH (2015) e pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) (2021) como fontes complementares.

As questões relacionadas a estruturação, objetivo e finalidade do programa Transcidadania, dentre outros aspectos como abrangência, metas e projeções, podem ser encontradas nas obras de Pedra *et al.* (2018) e Concílio, Amaral e Silveira (2017). Em sua maioria, as produções científicas sobre a política concentram-se em dissertações de mestrado e monografias, com foco em análises qualitativas relacionadas a implementação, a exemplo dos estudos publicados por Gotardi e Pereira (2021) e Fleury (2016).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Esse capítulo está estruturado em três tópicos. O primeiro busca fomentar o debate sobre a transexualidade na experiência médica. O segundo apresenta breves discussões sobre os conceitos de gênero e transexualidade. O terceiro tópico descreve os dilemas e desafios cotidianos recorrentes na vida de pessoas trans e, de certo modo, ajuda na compreensão sobre a formação do ciclo social excludente em que estão inseridos.

3.1 A ORIGEM DO ESTIGMA: TRANSEXUALIDADE NA EXPERIÊNCIA MÉDICA

A empregada doméstica alemã Dora Richter, mais conhecida como Dörchen, foi considerada a primeira pessoa a realizar uma cirurgia de transgenitalização – posteriormente denominada como resignação sexual – ao migrar do fenótipo masculino para o feminino no ano de 1931. A primeira das várias cirurgias a que Dörchen se submeteu foi conduzida pelo sexólogo alemão Magnus Hirschfeld, que atuava no Instituto de Pesquisa Sexual de Berlim, conhecido por desenvolver e coordenar pesquisas no campo da sexualidade. Entretanto, a operação de Dörchen certamente não foi considerada a primeira cirurgia realizada na história da humanidade para aliviar o sofrimento de pessoas trans (SILVA; SILVA; DAMIÃO, 2012).

Em 1971, quarenta anos depois, ocorreu a primeira cirurgia de resignação sexual no Brasil, realizada na cidade de São Paulo, ainda de modo clandestino, pelo médico Roberto Farina (ALMEIDA; MURTA, 2013). Segundo os autores, o feito histórico motivou uma ação judicial solicitada pelo próprio Conselho Federal de Medicina (CFM) em seu desfavor acusando-o de cometer um crime tipificado como “lesão corporal”. Seu paciente, João W. Nery, pioneiro no movimento da luta por direitos de pessoas trans, foi considerado a primeira pessoa e o primeiro homem trans a passar por uma cirurgia de mudança de sexo no Brasil. Na época, a interpretação predominante de boa parte da sociedade médica, inclusive do próprio CFM, era de que tal procedimento poderia ser considerado um “crime de mutilação”.

O entendimento médico predominante da época, somado à forte aversão social culturalmente atribuída aos transexuais, se estendeu por quase três décadas até a criação de uma resolução promulgada pelo Conselho, que passou a regulamentar as cirurgias de resignação sexual em território nacional. Antes disso, em 1980, a Associação Psiquiátrica Americana (APA) havia aprovado, em sua 3ª versão, transexualidade no rol dos “Transtornos de Identidade

de Gênero”, no capítulo dedicado aos Distúrbios de Identidade de Gênero do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) (BENTO, 2011). Em 1995, o DSM, em sua 4ª edição, também passou a considerar oficialmente a transexualidade como um “Transtorno de Identidade de Gênero” (DMS-IV, 2002). Desde então, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a classificar a transexualidade – anteriormente denominada como “transexualismo¹⁰” – como um “transtorno da identidade sexual”, inserindo-a na Classificação Internacional de Doenças como “Transtornos Mentais e de Comportamento” (CID10:F-64).

Na contramão da atuação internacional, a regulamentação dos procedimentos necessários para cirurgia de redesignação sexual no Brasil foi aprovada em caráter experimental no final dos anos 90, contrariando as recomendações estabelecidas pela OMS pouco tempo antes. O feito ocorreu somente em 1997, por meio da Resolução nº 1.482/97 do CFM, que passou a estabelecer critérios, normas e condutas a serem adotadas pelos profissionais de saúde envolvidos nas cirurgias. Entre os principais pontos, destaca-se a obrigatoriedade de acompanhamento psiquiátrico, idade mínima superior à que é definida por lei e a exclusividade destinada aos hospitais universitários como os únicos centros médicos habilitados pelo CFM para realizar as cirurgias no país.

No ano seguinte, em 1998, na cidade de Campinas, foi realizada a primeira cirurgia de redesignação sexual transcorrida de forma legal em território nacional (BENTO, 2008). Contudo, mesmo após significativos avanços conquistados nas últimas décadas do século 20, a transexualidade ainda era considerada um transtorno mental pela OMS, efeito que potencializava a intolerância e a hostilidade conferida por grande parte da sociedade aos transexuais. Nesse contexto, a transexualidade foi interpretada como uma doença que necessitava de tratamento médico multidisciplinar e contínuo, tornando a cirurgia reparadora uma solução terapêutica, de acordo com a argumentação defendida pela classe (LIONÇO, 2009).

A ciência médica, ao classificar a transexualidade como doença, colaborou com a manutenção de rótulos e estereótipos sociais designados aos transexuais, contribuindo significativamente na preservação de padrões sociais que visavam, sobretudo, invisibilizar os “diferentes” (SOUZA; BERNARDO, 2015). Historicamente, a atuação da medicina, quando

¹⁰ O termo “transexualismo” é uma concepção normativa pejorativa e historicamente utilizada nas definições médicas e patológicas relacionadas ao “transtorno de identidade”, que se traduz na não-conformidade entre sexo biológico e gênero, mas que já se encontram em desuso (ARÁN, 2006, ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009). O sufixo “ismo”, presente no termo “transexualismo”, remete ao estigma de doença, enquanto o termo transexualidade não se refere a práticas sexuais ou a sexualidade em si, mas ao conjunto de experiências vivenciadas cotidianamente que contribuem na formação da identidade de gênero do indivíduo trans (JESUS, 2010).

associada ao campo da transexualidade, foi responsável por difundir, ao longo dos anos, a ideia de que transexuais poderiam ser interpretados como uma cópia mal-acabada de seres heterossexuais saudáveis (PEREIRA, 2017). Durante décadas, esse conceito, referendado pela própria OMS, colaborou diretamente na criação e na perpetuação de estigmas que se ramificaram profundamente na sociedade e se materializaram, especialmente no caso brasileiro, em discursos de ódio, em episódios de violência, omissão estatal e mortes.

A descaracterização da transexualidade como transtorno mental só passou a ganhar aderência durante o início dos anos 2000, especialmente entre o fim da primeira e o começo da segunda década, devido à forte pressão social exercida por entidades civis e organismos internacionais comprometidos com a causa. Esse movimento, que surgiu de maneira organizada em 2009, ficou conhecido como *Stop Trans Patologization*. O movimento buscava, entre outras prioridades, a despatologização definitiva da transexualidade e a garantia de direitos básicos, a exemplo do reconhecimento do Estado à identidade de gênero e do acesso e expansão das políticas de saúde para “trans”, entre outras reivindicações.

Criado com o objetivo de retirar a transexualidade da lista de transtornos mentais dos países membros da OMS, o movimento ganhou amplitude internacional devido à crescente representatividade política, apoio midiático e participação ativa de aliados importantes, a exemplo de artistas e intelectuais de impacto, repercussão e influência em nível global. Por meio dessa mobilização, grande parte dos países signatários deixou de considerar a despatologização da transexualidade uma decisão facultativa e passou a interpretá-la como uma necessidade, incorporando-a, em alguns casos, como política de saúde pública.

Em 2018, depois de quase uma década de intensa atuação política das entidades e lideranças ligadas ao movimento, a OMS retirou da transexualidade a classificação associada ao transtorno mental e determinou aos países membros uma adequação à mudança até 1º de janeiro de 2022. A partir dessa decisão, a transexualidade passou a ser considerada, de acordo com a CID, como “incongruência de gênero” (CID-11). De modo consequente, essa mudança desencadeou transformações em toda a lógica da assistência a pessoas “trans” no Brasil, em especial às políticas públicas de saúde, educação e segurança pública, que também tiveram que ser revistas pelo Estado (ALMEIDA; MURTA, 2013).

Essas transformações se converteram em conquistas importantes. Os avanços, por sua vez, se materializaram em políticas, programas e legislações que buscavam assegurar a expansão e democratização do acesso à saúde, a criação de ferramentas destinadas a promover o exercício básico da cidadania, o reconhecimento a identidade de gênero, dentre outras reivindicações. O protagonismo da criação e implementação de políticas e programas

direcionados às pessoas trans, assim como as iniciativas pioneiras, esteve centrado na área da saúde e posteriormente expandiu-se para a justiça e demais áreas.

Na literatura, o caminho é o mesmo. Os estudos sobre gênero e sexualidade, que ajudam a compreender a formação identitária das pessoas trans, tiveram início nas pesquisas associadas a Psicologia, ramificando-se depois para as Ciências Humanas e Sociais. O próximo tópico apresenta uma breve discussão sobre aspectos relacionados a gênero e sexualidade, fundamentada por autoras feministas clássicas.

3.2 BREVES DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO E TRANSEXUALIDADE

Esse tópico pretende, por meio das abordagens e discussões teóricas apresentadas, fomentar o debate sobre a definição conceitual da transexualidade. O objetivo é compreender e, ao mesmo tempo, descrever o processo de formação identitária de pessoas trans e travestis. Para tentar definir o conceito amplo e diverso do que é transexualidade, é necessário, sobretudo, diferenciar a similaridade existente entre os termos “gênero” e “transexualidade”. Embora possuam divergências pontuais em sua definição conceitual e teórica, esses termos exercem a importante função de complementar e enriquecer o debate no campo da sexualidade como um todo.

Para discutir questões de gênero, é preciso superar as distinções básicas comumente ensinadas, que se baseiam em jeitos de ser e de se comportar, bem como discursos normatizadores e reguladores da sexualidade e que tendem a seguir a uma característica heteronormativa (BORTOLINI, 2011). Ao pensar em gênero, é necessário, sobretudo, considerá-lo como um agente propositor de mudança que busca ressignificar a atribuição dos papéis sociais entre os sexos na sociedade (OLIVEIRA, 2011). Para compreender o significado de gênero, é imprescindível refletir brevemente sobre as relações sociais, políticas, econômicas e culturais entre os sexos, as quais sinalizam para condições de histórica desigualdade ainda existente, sobretudo nas relações de poder (PEDRA *et al.*, 2018).

A definição conceitual clássica não está necessariamente ligada à genitália atribuída anatomicamente ao nascimento, e sim às práticas sociais e especialmente à forma com que o indivíduo se apresenta e se reconhece em sociedade (BENTO, 2017). De modo geral, o termo pode ser interpretado como a exteriorização de uma “*performance*” social, ou seja, a manifestação de comportamentos, hábitos e identificações sociais que o indivíduo assume involuntariamente com base em suas vivências em coletividade (AVELAR *et al.*, 2022). Em outras palavras, o gênero é construído conforme a evolução e a familiaridade com que as

experiências sociais e culturais adquiridas assumem e se manifestam no indivíduo, distanciando-se de ser relacionado como um diagnóstico médico previsível e estável (BUTLER, 2003).

O conceito pode ser definido, de modo mais simplificado, como a percepção que o indivíduo tem de si próprio em relação às suas características biopsíquicas e construções socioculturais (RONDAS; MACHADO, 2015). A construção da identidade de gênero, via de regra, se sobrepõe aos fatores anatômicos e passa a estabelecer uma ligação mais coerente com as práticas e representações sociais do indivíduo em sociedade do que com seus órgãos sexuais (RODRIGUES GONÇALVES; SIMANCAS TRUJILLO, 2020). Nesse caso, a conexão que o indivíduo estabelece involuntariamente com os papéis e atribuições sociais em relação ao gênero ao qual deseja pertencer contribui diretamente na sua formação e afirmação identitária.

É o exercício prático e diário da forma com a qual nos relacionamos em sociedade e com os outros indivíduos que nos posiciona em uma relação entre masculinidade e feminilidade (BARCELLOS, 2017). Segundo Butler (2003), a relação entre masculino e feminino é idealizada a partir do modo como nossas características identitárias se refletem no mundo e nas relações interpessoais, ou seja, a expressão dos nossos modelos discursivos e culturais influenciam na formação da nossa identidade. Para a autora, o nascimento de uma criança pertencente ao sexo masculino, por exemplo, desencadeia uma série de expectativas de ordem social relacionada ao seu gênero masculino e a sua heterossexualidade, considerando que este cenário é recomendado como o ideal pela sociedade.

Entretanto, existem indivíduos que não se enquadram nos padrões dominantes estabelecidos pela sociedade e, de modo consequente, não se reconhecem em nenhuma das estruturas e normas de gênero vigentes criadas por ela (RODRIGUES GONÇALVES, TRUJILLO, 2020). Para tentar se integrar em sociedade, o indivíduo é induzido, na maioria das vezes de forma involuntária, a se adequar ao padrão de gênero hegemônico, o cisgênero¹¹, resultando em significativas renúncias de privação do convívio social (RONDAS; MACHADO, 2015). Para alguns desses indivíduos, os questionamentos legítimos sobre qual seu papel na sociedade se tornam cada vez mais frequentes à medida em que seu processo de formação da identidade é socialmente constituído por meio das experiências coletivas (AVELAR *et al.*,

¹¹ O termo refere-se especificamente a indivíduos heterossexuais. O conceito de “cisgênero” pode ser definido como um conjunto de hábitos, costumes e comportamentos de pessoas cuja identidade de gênero coincide com o sexo biológico designado ao nascimento (RODRIGUES GONÇALVES; SIMANCAS TRUJILLO, 2020). Ou seja, o termo pode ser conceituado como a compatibilidade existente entre indivíduos cuja identidade de gênero coincide com o sexo anatômico,

2023).

Esse movimento, que se traduz na profunda divergência entre o gênero anatomicamente designado e a construção identitária particular do indivíduo consigo mesmo, pode ser considerado um “transtorno identitário”, conhecido por transexualidade. No campo dos estudos científicos, a concepção mais comumente utilizada para definir a transexualidade é a que a classifica como uma desordem de personalidade (SOUZA, 2012). Nas diversas teorias que abordam o tema parece haver um aspecto consensual: o de que a transexualidade poderia ser compreendida como uma incoerência entre sexo e gênero (ARÁN, 2006).

O termo “trans”, em conceito mais abrangente, sugere significado de mudança, trânsito ou transformação de parâmetros previamente estabelecidos (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018). De modo geral, a transexualidade pode ser compreendida como um “desvio padrão” ou um “contrassenso” frente às normas que constituem os padrões de gênero regulatórios, considerados como heteronormativos (AVELAR *et al.*, 2022).

De certo modo, pode ser entendida como uma forma de atualizar e, ao mesmo tempo, questionar, na prática, as interpretações sobre o que é, de fato, atribuído socialmente ao entendimento masculino e feminino (BENTO, 2017). Em resumo, é a materialização do impossível, do inominável e, sobretudo, das incertezas, podendo ser compreendido também como um fenômeno que transcende a capacidade de compreensão humana, tradicionalmente e historicamente heteronormativa e binária (BENTO, 2011).

Indivíduos que não se reconhecem dentro das normas e comportamentos sociais atribuídos a seu gênero biológico e estabelecem uma maior identificação ao gênero oposto podem ser considerados, de acordo com o entendimento científico, como transexuais. Pessoas trans, em grosso modo, são sujeitos que apresentam, nas suas representações e vivências diárias, comportamentos distintos do que é esperado socialmente em relação ao seu sexo anatômico (AVELAR *et al.*, 2022). A afirmação da identidade de gênero do indivíduo “trans” está ligada mais à sua própria autodeterminação do que aos conceitos patológicos, ou seja, cabe exclusivamente ao próprio indivíduo se autodefinir e consequentemente autoafirmar sua própria identidade (BENTO, 2017).

Pessoas trans geralmente sofrem enormes pressões sociais para corresponder às expectativas e normas sociais definidas ao gênero que não sentem pertencer e, frequentemente, vivenciam, de forma involuntária, situações recorrentes de exclusão (SOUZA, 2012). Segundo a autora, o processo ao qual pessoas trans são compulsoriamente submetidas gera grande sofrimento psicológico e, como consequência, pode resultar em significativas privações de convívio social.

O argumento defendido para justificar e (re)firmar esse cenário de privação e exclusão é baseado no estigma clássico de associação da transexualidade como uma patologia. Ou seja, de acordo com o entendimento social, é necessário considerar a transexualidade, e por consequência pessoas trans, um equívoco da natureza. Desse modo, os indivíduos trans sofrem um controle social invasivo que suprime sua identidade de gênero, especialmente sobre seus corpos, a partir da associação histórica da transexualidade como doença ou anormalidade (NETO; MACEDO; BICALHO, 2016).

Entretanto, o próprio preconceito em si, assim como a retaliação e julgamentos precocemente condenatórios, são fatores inerentes à condição identitária de pessoas trans, mas também representam um indicativo de sucesso no rompimento em relação aos códigos de conduta dominantes (HOGEMANN, 2014). Essas condutas, materializadas como normas sociais, acabam por produzir estigmas, invisibilidade, opressão e, em maior grau, episódios recorrentes de discriminação e exclusão em quaisquer ambientes sociais onde pessoas trans buscam se (re)inserir ou se (re)integrar, incluso a escola (AVELAR *et al.*, 2022).

O próximo tópico aborda, com detalhes, as experiências vivenciadas cotidianamente por travestis e transexuais em sociedade. Em síntese, o tópico busca descrever os fatores que influenciam na construção e na manutenção do processo de marginalização social compulsória, vivenciado cotidianamente por travestis e transexuais.

3.3 CONSEQUÊNCIAS DO ESTIGMA: MARGINALIZAÇÃO SOCIAL COMPULSÓRIA

A sociedade, ao longo do tempo, passou a considerar pessoas trans e travestis como transgressores da norma social (RONDAS; MACHADO, 2015, ALMEIDA; VASCONSELLOS, 2018). Apesar dos avanços históricos, a grande maioria desses indivíduos ainda convive cotidianamente com episódios recorrentes de discriminação e preconceito que tornam cada vez mais inviável sua permanência em sociedade (AVELAR *et al.*, 2022). De acordo com o senso comum dominante, transexuais e travestis foram incorporados injustamente como um subgrupo muito específico da população de mulheres, herdando, em maior grau, seus estigmas associados à submissão e a inferioridade em relação à hegemonia masculina (PEDRA *et al.*, 2018). Para a sociedade, pessoas trans adotam, no seu cotidiano, posturas tidas como socialmente “reprováveis” e, em decorrência dessa interpretação, tornam o acesso e a ocupação dos espaços sociais um processo cada vez mais distante (RONDAS; MACHADO, 2015, ALMEIDA; VASCONSELLOS, 2018).

Esse fenômeno, criado e mantido pela sociedade heteronormativa, é considerado um fato histórico e recorrente na vida de pessoas trans e, como produto dessa relação, desencadeia um afastamento social precoce e involuntário do indivíduo em coletividade (AVELAR *et al.*, 2022). Acuados, a maioria dos transexuais são forçados a conviver com a rejeição e o desprezo de boa parte da sociedade, tornando seu processo de inclusão e aceitação cada vez mais lento e complexo (LICCIARDI *et al.*, 2015). Desse modo, pessoas trans são compulsoriamente excluídas do convívio social em razão da sua expressão de gênero e de suas individualidades (AVELAR *et al.*, 2022).

Para os autores mencionados acima, a exclusão involuntária e não consensual de pessoas trans nos espaços de representação e poder que, de modo consequente, limita o exercício da cidadania, pode ser descrito como um processo de “marginalização social compulsória”. A lógica que dá origem ao ciclo, como demonstrado na figura abaixo, está centrada no preconceito familiar que, quando não combatido, gera o abandono precoce e desencadeia uma série de consequências quase irreversíveis, que interferem drasticamente, de maneira prejudicial, na vida social, escolar e profissional.

Figura 1: As consequências do estigma.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

É no ambiente familiar que determinados valores, normas, comportamentos, pensamentos, hábitos e crenças são (re)produzidos baseando-se no discurso da heteronormatividade (LONGARAY; RIBEIRO, 2015). Em grande parte dos casos de abandono familiar, pessoas trans saem de casa ainda jovens em busca de apoio em razão dos episódios discriminatórios vivenciados entre seus familiares (SANTOS; SILVA, 2021). Quando a hostilidade dos espaços de convívio social soma-se à rejeição do ambiente familiar, o indivíduo é lançado para a rua e, por consequência, cria um contato precoce com a exclusão (RONDAS; MACHADO, 2015).

Isso ocorre porque o ambiente familiar ainda é considerado um espaço de reprodução do discurso binário e heteronormativo, repleto de influências e comportamentos conservadores e religiosos, presentes em uma maioria considerável das famílias brasileiras. O discurso tem como foco preservar e difundir a ideia de que pessoas trans sejam sinônimos de seres abjetos e poluentes, banalizando, deste modo, a desumanização do humano, requisito fundamental para garantir a reprodução da heteronormatividade (BENTO, 2011). A participação da família pode ser decisiva na superação das dificuldades encontradas diariamente no ambiente escolar, por exemplo. Entretanto, isso ocorre na minoria das vezes (SOUZA; BERNARDO, 2015).

A segunda base do processo de marginalização social compulsória, intitulada como “educação”, contextualiza brevemente como a escola se posiciona como um fator determinante no processo de exclusão de pessoas trans. Nesse caso, é possível supor que exista outro ciclo vicioso: o contato com o preconceito familiar vivenciado na infância e em parte da juventude prejudica a trajetória escolar e, por consequência, deixa escassas possibilidades de desenvolver autonomia e independência (SOUZA; BERNARDO, 2015). De modo geral, a escola pode ser interpretada com uma representação da família ou como um espaço social historicamente instituído, que carrega intrinsecamente valores e comportamentos excludentes, presentes em boa parte sociedade (LIMA, 2020).

A vigilância e a punição para que se adaptem ao comportamento tido como ideal para o seu sexo anatômico é bastante evidente no convívio familiar, entretanto, essas dificuldades ganham uma dimensão ainda maior nos espaços da educação formal (SOUZA; BERNARDO, 2015). Do ponto de vista histórico, a escola se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diversidade em contexto geral, e também funciona como uma das principais guardiãs das normas de gênero e padrões heteronormativos (BENTO, 2011). Ela reproduz ideologias e comportamentos dominantes, excluindo assim outros saberes e formas de conhecimento que se contrapõem ao convencional, além de perpetuar e, por consequência, preservar práticas excludentes vigentes na sociedade (CAMPOS; PEREIRA, 2019).

Os ambientes educacionais, muitas vezes, não são considerados espaços adequados ou receptíveis para que a sexualidade possa ser discutida ou trabalhada, mesmo que pedagogicamente (NETO; MACEDO; BICALHO, 2016). Por ser considerado um ambiente plural, a escola deveria ser, em tese, um espaço de legitimação da diversidade e principal interventora da manutenção de padrões heteronormativos (PRADO; MARTINS; ROCHA, 2012). De modo bastante comum, a maioria das pessoas trans recorre ao ambiente escolar buscando refúgio, visando a proteção e acolhimento (AVELAR *et al.*, 2022). Entretanto, o cenário presente na maioria dos ambientes escolares mostra-se inviável para atender as expectativas desses indivíduos.

Como consequência, a maioria dos estudantes trans sentem-se pressionados a abandonar os estudos, mesmo que de maneira involuntária, para evitar ainda mais episódios discriminatórios que podem evoluir para variados tipos de violência (SOUZA; BERNARDO, 2015). Desta forma, as possibilidades de (re)inserção no mercado de trabalho formal se tornam cada vez mais escassas. Essa é considerada a terceira base, intitulada como “trabalho”. A falta de qualificação profissional associado à baixa escolaridade - fruto da evasão escolar - são considerados fatores predominantes que reafirmam a ausência de pessoas trans no mercado (RODRIGUES GONÇALVES; TRUJILLO, 2020).

O caráter heteronormativo, que prevalece nos ambientes corporativos, interfere negativamente nesse processo ao sinalizar que pessoas trans, além de não possuírem atributos valorizados no mundo corporativo, “amedrontam” e “ameaçam” os padrões de gênero hegemônicos (IRIGAY; STOCKER; MANCEBO, 2023). Entretanto, a baixa remuneração somada ao acúmulo de funções, à intolerância, ao assédio e à quase inexistente possibilidade de ascensão profissional tornam-se obstáculos conhecidos que dificultam ainda mais o acesso e a permanência de pessoas trans no mercado formal (SANTOS; SILVA, 2021). Ao tentar se inserir no mundo do trabalho - mesmo em posições condizentes com sua baixa escolaridade -, grande parte das pessoas trans se deparam com ambientes hostis, transfóbicos e despreparados que, de modo comum, tentam invalidar cotidianamente suas identidades (RONDAS; MACHADO, 2015).

Estima-se que mais de 50% de travestis e transexuais exercem atividades informais, ocupando principalmente postos de cabelereiro (42,6%), maquiador (8,2%), empregada doméstica (3,3%) e funções de menor representatividade e com baixa remuneração (NUH, 2015)¹². Desse modo, a informalidade torna-se a principal fonte de subsistência e, de modo

¹² Dados extraídos da seção “Trabalho” – “Tabela 2” – “Frequência e percentual de outras ocupações relatadas” do autor mencionado.

paralelo, a prostituição (PEDRA *et al.*, 2018). Essa é a quarta base do processo de marginalização social compulsória, intitulada como “violência”. Nesse cenário, a prostituição configura-se como o principal sintoma desse fenômeno social. De acordo com os dados¹³ da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2021), estima-se que 90% de travestis e mulheres transexuais ainda sobrevivem da prostituição e a consideram sua principal fonte de renda.

Como consequência, uma considerável parte dos transexuais vinculam-se à marginalidade e passam a considerá-la como uma estratégia de proteção social e fonte alternativa de renda (RODRIGUES GONÇALVES; SIMANCAS TRUJILLO, 2020). Segundo os autores, isso acaba por estabelecer uma relação de dependência direta com as organizações criminosas e redes ilegais de tráfico e prostituição. O resultado desse processo é quase sempre a manutenção da exclusão social. A exclusão, considerada como quinta e última base, é criada e mantida pelo discurso heteronormativo, que potencializa a dependência da informalidade e, de certo modo, torna a marginalidade uma estratégia de sobrevivência involuntária para grande maioria dos transexuais.

Os resultados deste processo quase sempre culminam em prisões, mortes, sensacionalismo midiático e, de certo modo, maximiza os estigmas sociais. Para romper com o ciclo é necessário fortalecer a atuação do Estado e intensificar seu papel protagonista na formulação de políticas e programas capazes de garantir, mesmo que em condições mínimas, acesso a direitos fundamentais, em especial a educação (AVELAR *et al.*, 2022). O próximo capítulo se dedica a alisar o programa Transcidadania como uma resposta e uma frente de possível reversão deste cenário através da atuação e protagonismo do Estado.

¹³ Dados extraídos da “Figura: Resultado da enquete sobre a empregabilidade Trans em DEZ/2020”, localizado na página nº 44 do trabalho mencionado.

4 O PROGRAMA TRANSCIDADANIA

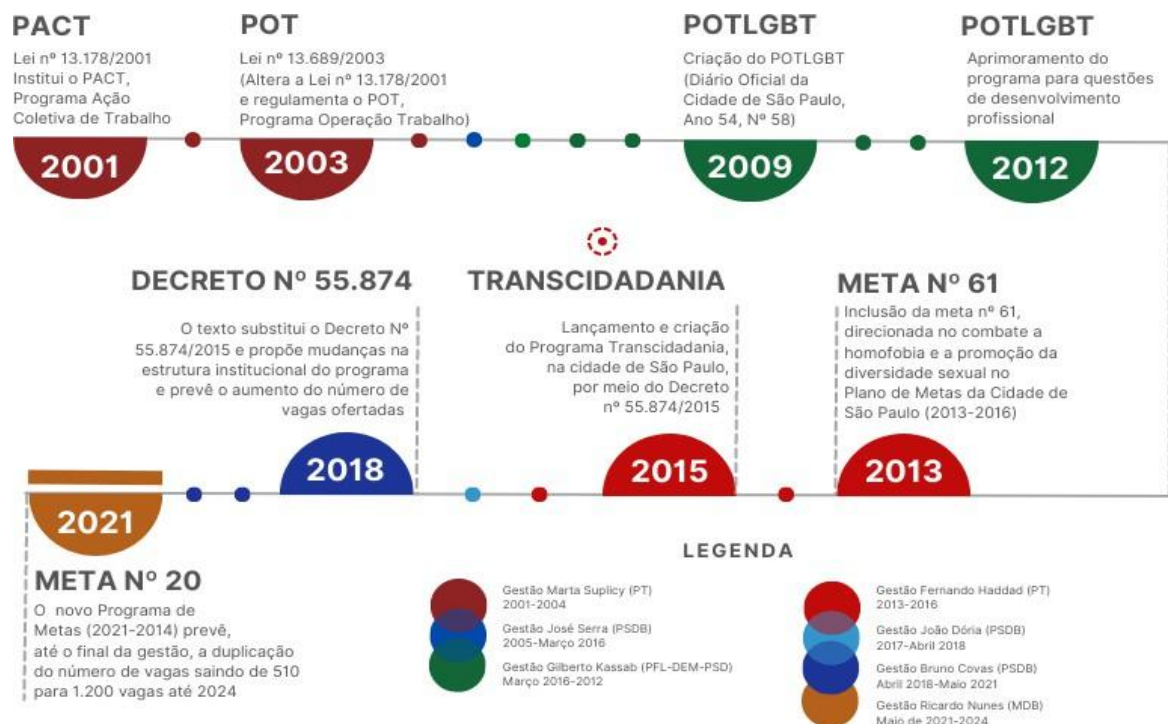
Este capítulo está estruturado em cinco tópicos: (i) A construção do programa, (ii) Estrutura institucional da política, (iii) Análise e seleção dos candidatos, (iv) Funcionamento e monitoramento e (v) Desligamento compulsório.

4.1 A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA

O programa Transcidadania é considerado uma robusta evolução do Programa Ação Coletiva de Trabalho (PACT), criado em 2001 e reformulado em 2003 como Programa Operação Trabalho (POT), idealizado pela gestão da ex-prefeita Marta Suplicy (2001-2004), mantido pelo sucessor José Serra (2005-2006) e posteriormente aperfeiçoado por Gilberto Kassab (2006-2012). Foi em 2009, durante o governo Gilberto Kassab, que a população LGBTQIA+ passou a ser considerada uma espécie de público-alvo do programa tendo em vista a vulnerabilidade social da comunidade, dando origem ao POTLGBT.

A figura abaixo ilustra, em recortes temporais categorizados conforme os mandatos políticos, a construção do programa Transcidadania, considerando as primeiras iniciativas, formuladas em 2001, até sua mais recente modificação, em 2021.

Figura 2: A construção temporal do programa Transcidadania.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O POTLGBT pode ser considerado como o ponto inicial das discussões que fomentaram a criação do Transcidadania. Criado em 2009 sob o comando do extinto Coordenação de Políticas de Atenção à Diversidade Sexual (CADS), o programa ofertava oficinas de arte e cultura promovidas pelo Centro de Referência e Defesa da Diversidade (CRD) para os beneficiários que se enquadravam nas definições do público-alvo. Entretanto, foi em 2012, já no fim da gestão Kassab, que as mudanças relativas à reinserção social de travestis e transexuais começam a ganhar espaço nas políticas públicas. Três anos após sua criação, houve um aprimoramento das atividades ofertadas pelo POTLGBT, que se passou a oferecer possibilidades de estágio e participação em experiências práticas nas rotinas administrativas das secretarias interligadas ao programa (GOTARDI; PEREIRA, 2021).

Além destas iniciativas, o programa contou com a parceria com o terceiro setor por intermédio das organizações sem fins lucrativos, que passaram a servir como laboratórios de estágios e ambientes elegíveis para realização de outras atividades profissionais similares (CONCÍLIO; AMARAL; SILVEIRA, 2017). Entretanto, era necessário ir além das atividades de inserção profissional. De acordo com uma pesquisa realizada entre os participantes do programa, o nível de escolaridade entre os beneficiários, especialmente entre travestis e transexuais comparado aos demais integrantes, apresentava uma diferença alarmante (GOTARDI; PEREIRA, 2021).

A medida com que gays e lésbicas possuíam, na maioria dos casos, o ensino médio completo ou já estavam cursando o ensino superior, as pessoas trans não possuíam sequer a conclusão dos anos iniciais da primeira etapa do ensino fundamental (SANTANA, 2017). Diante desse diagnóstico, era preciso atuar também na esfera educacional, tendo como foco o aperfeiçoamento da política vigente ou sua substituição por um novo programa capaz de promover a elevação da escolaridade e, de modo paralelo, preservar o trabalho já realizado direcionado à capacitação e inserção profissional. No ano seguinte, em 2013, o prefeito Fernando Haddad apresentou, dentro de seu programa de metas, um compromisso formal relacionado ao tema. Esse compromisso ficou conhecido como meta nº 61¹⁴.

A meta, conforme descrito no documento, buscava “desenvolver ações permanentes de combate à homofobia e respeito à diversidade sexual”. A partir deste entendimento, a gestão deu início a um processo de busca por soluções capazes de responder às expectativas definidas

¹⁴ A meta nº 61, conhecida por nortear a criação do programa Transcidadania, está inserida no Programa de Metas da Cidade de São Paulo (2013-2016), especificamente localizada na página nº 38. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/arquivos/15308-004_AF_FolhetoProgrmadeMetas2Fase.pdf. Acesso em: 21 abr. 2023.

pelo próprio programa de metas. Uma das respostas a essa meta, encomendada pelo próprio prefeito, foi a criação de um programa com estrutura semelhante ao POTLGBT, porém voltado especificamente para pessoas trans (homens e mulheres trans) e travestis, conhecido posteriormente por Transcidadania (CONCÍLIO; AMARAL; SILVEIRA, 2017).

A participação e o envolvimento de todos os setores da sociedade foram considerados fatores determinantes para construção e consolidação do sucesso do programa. Os debates organizados pelos gestores públicos em conjunto com os membros da sociedade civil organizada e outros atores sociais, a exemplo de pesquisadores e militantes do movimento trans, resultaram em um esboço inicial do programa, que foi apresentado ao prefeito e por ele aprovado (FLEURY, 2016). Além de desafiador, o programa é considerado uma iniciativa pioneira em âmbito internacional. Segundo o autor, durante o período em que foi elaborado, a equipe envolvida chegou a questionar a Organização das Nações Unidas (ONU) por registros da possível existência de políticas similares ao redor do mundo, mas, de acordo com a própria agência, nenhum outro programa havia sido identificado.

Embora tenha sido criado em 2015, o programa pode ser considerado, até hoje, como a principal política pública que permanece em atividade direcionada à população trans. De acordo com o Decreto nº 55.227/2018, o Transcidadania está vinculado a CPLGBTI+ da SMDHC da cidade de São Paulo, cujo membro diretivo preside e integra o Comitê Intersecretarial do programa, instituído pela Portaria nº 006/2018. De acordo com o Decreto, o comitê, composto por integrantes de diversas outras secretarias, possui a incumbência de acompanhar e avaliar as ações do programa Transcidadania, com o objetivo de fomentar seu processo de melhoria contínua. O programa tem como objetivo primordial promover a reinserção social e o pleno exercício da cidadania para travestis transexuais, utilizando a educação como sua principal ferramenta.

Dentre os principais eixos que norteiam sua atuação, destacam-se os conceitos de: i) autonomia, ii) cidadania e iii) oportunidades. O primeiro eixo visa garantir autonomia financeira básica por intermédio de um subsídio ofertado pelo programa como forma de incentivar a participação e o envolvimento dos beneficiários. O segundo eixo é focado na construção de uma consciência cidadã, tanto para os beneficiários do programa quanto para os funcionários públicos que se relacionam diretamente com a comunidade nas estruturas e instituições do Estado. Esse processo de construção cidadã acontece por meio de cursos de formação e capacitação elaborados pela própria coordenação, pautados nos avanços e conquistas jurídicas e sociais da população trans (GOTARDI; PEREIRA, 2021). O terceiro eixo busca assegurar o acesso dos beneficiários a direitos e garantias básicas fundamentais, a exemplo do acesso à

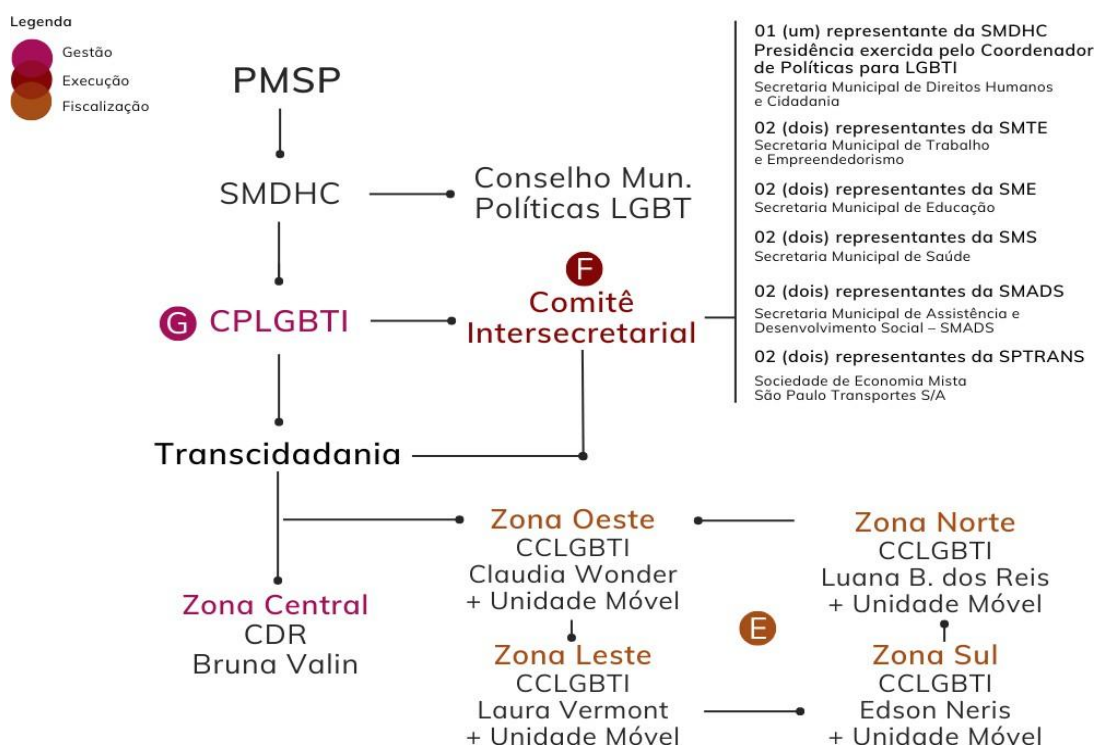
educação. Neste eixo, o objetivo é centrado em tornar a ferramenta “educação” uma promotora de oportunidades.

Na prática, o Transcidadania pode ser interpretado como um programa que visa estimular a elevação do nível de escolaridade e, ao mesmo tempo, possibilitar condições de garantir autonomia financeira, por meio da transferência de renda condicionada à execução de atividades definidas e coordenadas pelo próprio programa (CONCÍLIO; AMARAL; SILVEIRA, 2017). As condicionalidades do programa têm por finalidade tornar o processo de reinserção social, de fato, uma realidade. Ao oportunizar a possibilidade de conclusão da escolaridade básica e da qualificação profissional adequada, o programa busca assegurar a independência destes indivíduos, tornando-se uma ferramenta eficaz no combate à marginalidade e à informalidade.

4.2 ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA POLÍTICA

Em 2018, logo após o início da gestão Dória, o programa Transcidadania sofreu uma reformulação em seu desenho institucional que resultou em avanços consideráveis. A gestão do programa foi descentralizada do CRD Bruna Valin, localizado na região central, e partilhada em outros quatro CCLGBTI+ espalhados na cidade de São Paulo. Além das sedes fixas, quatro Unidades Móveis de Cidadania LGBTI+ percorrem o município. A figura abaixo ilustra a atual estruturação institucional do programa, considerando as modificações realizadas em 2018.

Figura 4: Estruturação do Programa Transcidadania



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O objetivo do processo de descentralização da política estava focado em promover a implementação do programa em todas as regiões da capital. As mudanças contidas no Decreto buscaram, sobretudo, democratizar o acesso dos potenciais candidatos ao Transcidadania, em especial daqueles que residem em localidades que antes eram consideradas distantes ou inacessíveis. A descentralização do programa possibilitou a divisão de atribuições institucionais, dando origem à interpretação de uma estrutura composta por três pilares, sendo: i) gestão e ii) execução e iii) fiscalização.

As responsabilidades relacionadas à gestão competem a CPLGBTI+. É por meio desta coordenação que questões relacionadas ao planejamento e ao funcionamento do programa são discutidas, como, por exemplo: a) formação de agenda, b) construção, execução e gerenciamento do orçamento, c) interlocução com o poder executivo, sociedade civil e, quando solicitado, com os demais poderes e instituições de representação, d) formulação, revisão e aperfeiçoamento de metas e diretrizes, e) processos de tomada de decisão, f) criação de mecanismos de avaliação e monitoramento, dentre outros temas. Em resumo, além de presidir o Comitê Intersecretarial, a coordenação define e monitora o processo execução, cuja responsabilidade compete aos centros de cidadania e ao CRD.

Atualmente, os CCLGBTI+ e o CRD, além de atuarem como agentes intermediadores do programa – sendo responsáveis pela seleção e acompanhamento dos beneficiários—, também podem ser considerados importantes instrumentos de execução da política. Embora possuam a mesma finalidade, centrada na implementação descentralizada do programa, os centros de cidadania e o CRD possuem linhas de atuação e oferta de serviços distintas, porém complementares. Em resumo, os centros exercem a função de selecionar e acompanhar a evolução dos beneficiários ao longo do período em que permanecem ativos no programa ao verificar. Também desempenha o papel de reportar a coordenação o cumprimento das condicionalidades e registrar a evolução do beneficiário nas demais atividades.

Os centros possuem duas linhas de atuação que norteiam suas atividades. A primeira linha de atuação é voltada à promoção da cidadania, que se converte por meio da oferta de formação e capacitação de funcionários e agentes públicos no atendimento à população LGBTQIA+ que atuam nas estruturas e dependências vinculadas a prefeitura (GOTARDI; PEREIRA, 2021). A segunda linha, segundo os autores, destina-se à promoção e defesa de direitos e garantias fundamentais dos beneficiários por meio do fornecimento de apoio jurídico, psicológico e socioassistencial ofertado pela equipe multiprofissional, que compõe cada um dos

quatro centros (GOTARDI; PEREIRA, 2021).

Por sua vez, o CDR pode ser interpretado como uma complementação mais robusta dos centros de cidadania. O órgão atua como um mecanismo centrado em oferecer proteção e apoio multiprofissional especializado para pessoas LGBTQIA+, preferencialmente em situação de violação de direitos, quando motivadas por episódios recorrentes de discriminação e violência embasados pela orientação sexual e/ou identidade de gênero. De acordo com a prefeitura, além de realizar atividades visando ao autocuidado, o CDR oferece acompanhamento integral para os beneficiários nos mesmos padrões que os CCLGBTI+.

No entanto, com foco centrado na integração de serviços para subgrupos específicos, a exemplo de profissionais do sexo e pessoas vivendo e convivendo com vírus da imunodeficiência humana e/ou com Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS). O terceiro pilar que compõe a estrutura institucional do programa diz respeito à fiscalização. De acordo com o decreto que regulamenta o programa, é de responsabilidade do Comitê Intersecretarial realizar tal tarefa, cuja presidência é conduzida preferencialmente pelo coordenador geral da CPLGBTI+. Além disso, o órgão é composto por outros onze membros, sendo cinco titulares de diversas secretarias acompanhados de um suplente respectivamente.

O comitê atua como um agente fiscalizador do programa, centrado não apenas nas questões relacionadas ao orçamento, mas também no acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários e nas demais atividades complementares. Desse modo, o órgão torna-se peça fundamental no processo de monitoramento da política e contribui para seu constante aperfeiçoamento. A figura abaixo descreve a composição do quadro de colaboradores que integram a equipe multiprofissional responsável pela manutenção do programa.

Figura 4: Equipe multiprofissional do programa Transcidadania

Área de Atuação	Órgão Estruturante	Função	Qt
Gestão	CPLGBTI	Coordenador (a) de Políticas para LGBTI	1
		Assessores (as)	4
		Assistente Administrativo de Gestão	1
Execução	CCLGBTIs e CRD	Coordenador (a) Geral do CCLGBTI	5
		Assistente de Gestão	5
		Técnico (a) em Serviço Social	10
		Técnico (a) em Psicologia	10
		Técnico (a) em Direito	5
		Técnico (a) em Pedagogia	5
		Atendente Inicial	5
		Articulador Social	5
		Auxiliar de Serviços Gerais	5
		Auxiliar Administrativo	5
Fiscalização	Comitê Intersecretarial	Presidência	1
		Membros Titulares	5
		Membros Suplentes	5
Total			77

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações extraídas do Manual de Atendimento da Rede de Atendimento de Direitos Humanos da SMDHC¹⁵ e nas informações repassadas pela CPLGBTI+ (2023).

4.3 ANÁLISE E SELEÇÃO DOS CANDIDATOS

Para se tornar beneficiário do programa, o candidato deve se dirigir, durante o horário comercial, a um dos quatro CCLGBTI+ localizados em áreas estratégicas da cidade de São Paulo e, assim, dar início aos procedimentos administrativos estabelecidos pela coordenação do programa. De acordo com as informações fornecidas pela gestão, o candidato deve apresentar uma série de documentos comprobatórios para ser considerado elegível.

Os documentos exigidos são:

- i) RG original ou eletrônica;
- ii) CPF original;
- iii) Carteira de Trabalho – original ou eletrônica;
- iv) Declaração de identidade de gênero;
- v) Atestado de matrícula na rede pública de educação municipal ou estadual (em casos especiais, será aceita a matrícula na rede privada);
- vi) Comprovante de residência na Cidade de São Paulo (COM ATÉ 60 DIAS DE EMISSÃO); Observação: caso esteja em situação de rua ou em Centro de acolhida, deverá ser solicitada declaração em equipamento público;

Além dos documentos, o candidato deverá cumprir alguns critérios também definidos pela coordenação, como, por exemplo:

- i) Informar se já participou anteriormente de algum POT no ato da inscrição;
- ii) Estar em acordo com os requisitos legais e de caráter socioeconômico indispensáveis:

*Ter mais de 18 anos;

*Morar na cidade de São Paulo;

*Estar desempregado há mais de 4 (quatro) meses, ou não ter acumulado, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, mais de 3 (três) meses de registro de trabalho em Carteira de Trabalho, consecutivos ou não;

*Pertencer à família de baixa renda, cujos membros tenham rendimento bruto mensal "*per capita*" igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do salário-mínimo nacional vigente, computando-se a totalidade dos rendimentos brutos dos membros da família, oriundos do

¹⁵ Dados extraídos do Manual de Atendimento da Rede de Atendimento de Direitos Humanos da SMDHC estão inseridos na seção "ORGANOGRAMA DA EQUIPE CCLGBTI+", localizada na página nº 30 do documento.

trabalho e/ou de outras fontes de qualquer natureza, incluindo-se os benefícios e valores concedidos por órgãos públicos ou entidades particulares, excetuado apenas o benefício instituído por este Programa;

*Não auferir rendimentos brutos mensais que ultrapassem o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário-mínimo nacional vigente, na hipótese de não possuir família, excetuado apenas o benefício instituído por este Programa.

Ao formalizar sua candidatura, o potencial beneficiário é incluído na lista de espera do programa. Sua inserção não garante a vinculação direta ao Transcidadania. É necessário considerar a disponibilidade orçamentaria e o número de bolsas frente à demanda imposta pela lista de candidatos. Por isso, é necessária a adoção de critérios de análise que devem ser avaliados considerando, como fator primordial, o grau de vulnerabilidade socioeconômica.

Dentre os critérios para inclusão do beneficiário, destacam-se, em ordem prioritária:

- i) maior tempo de desemprego;
- ii) morador de rua em processo de reinserção social;
- iii) menores faixas de renda bruta familiar "*per capita*";
- iv) menor grau de escolaridade do beneficiário;
- v) famílias com filhos e/ou dependentes com idade até 23 (vinte e três) meses, em estado de desnutrição;
- vi) famílias monoparentais;
- vii) famílias com maior número de filhos e/ou dependentes;
- viii) famílias com dependentes idosos ou portadores de necessidades especiais;
- ix) famílias com filhos e/ou dependentes sob medidas específicas de proteção ou socioeducativas, como: I - Advertência; II - Obrigação de reparar o dano; III - Prestação de serviços à comunidade; IV - Liberdade assistida; V - Inserção em regime de semiliberdade; VI - Internação em estabelecimento educacional;
- x) condições de moradia;
- xi) deficientes físicos;
- xii) egressos do sistema penitenciário.
- xiii) local de moradia próximo ao distrito ou zona dos equipamentos públicos em que serão desenvolvidas as atividades;
- xiv) gestantes.

4.4 FUNCIONAMENTO E MONITORAMENTO

O programa possui a duração máxima de dois anos, dividido em quatro semestres que também são considerados como “módulos”. Esta divisão busca integrar e facilitar o acompanhamento da equipe multiprofissional junto aos beneficiários, tanto na questão escolar quanto aos demais aspectos. Depois de inseridos, os beneficiários contemplados são encaminhados para o atendimento multiprofissional conduzido e supervisionado pela equipe de especialistas dos centros de cidadania. O objetivo desta primeira e importante etapa é construir o Plano Individual de Atendimento (PIA), que servirá para nortear as ações a serem realizadas pelas(os) profissionais dos CCLGBTI+.

O instrumento fundamentará a estratégia de planejamento dos beneficiários para o período de participação no programa, levando em consideração a singularidade de cada pessoa atendida. Depois de formalmente vinculados ao programa, os beneficiários são monitorados de maneira frequente, seja na rede municipal ou estadual de ensino na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, quando possível, no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), conforme o grau de escolaridade pertinente e a capacidade de oferta da rede.

Cabe ao profissional de pedagogia de cada CCLGBTI+, após a inclusão do beneficiário, entrar em contato com as respectivas escolas e estabelecer o vínculo entre o centro e a unidade educacional. Mensalmente, o profissional deverá solicitar a cada escola o envio das frequências de cada pessoa beneficiária matriculada, devendo também solicitar bimestralmente a avaliação escolar e, semestralmente, a avaliação geral de cada beneficiário. Esses dados são interpretados como indicador de desempenho para identificar se houve progresso/avanço do beneficiário de acordo com o planejamento inicial do PIA, realizado logo no início da adesão ao programa.

A carga horária prevista para o programa é de 30 horas semanais, sendo dividida entre atividades de elevação da escolaridade, atividades práticas, oficinas, capacitação ou estágio/vivência profissional. As atividades escolares deverão ocupar no mínimo 60% da carga horária semanal, exceto para os casos de alfabetização e de conclusão do ensino médio, que deverão ser monitorados de forma específica. Na fase de alfabetização, a pessoa beneficiária deverá dedicar 80% da carga horária semanal a atividades de alfabetização e conhecimentos básicos em matemática.

Cabe ao CCLGBTI+ proporcionar, caso a escola não ofereça, o reforço escolar necessário para atingir este objetivo. O reforço deverá estar indicado no relatório mensal de atividades. Já a pessoa beneficiária que concluir o ensino médio deverá complementar a carga horária semanal com atividades laborativas (estágios) ou cursos profissionalizantes, passando a dedicar até 20% da carga horária semanal em atividades voltadas a Direitos Humanos e Cidadania. Estes deverão

estar indicados no relatório mensal de atividades. A equipe técnica dos centros de cidadania será responsável pelo controle das Folhas de Frequência Individuais (FFI), preenchidas de acordo com os dias e horários das atividades desenvolvidas presencialmente nos centros.

Essas informações deverão ser transportadas para planilha e informadas juntamente com as atividades complementares não presenciais (extraclases) e atendimentos de reforço escolar individualizados (quando necessário) e enviados à coordenação mensalmente, até o 5º dia do mês subsequente ao de referência, para efetivação do pagamento no 20º dia do mês. As FFIs também deverão ser anexadas aos relatórios semestrais e encaminhadas juntamente a estes à CPLGBTI+ para fins de fiscalização e controle.

4.5 PENALIDADES E DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

O desligamento compulsório se dará pelos seguintes critérios:

- i) Término de contrato ou tempo limite de 24 meses. Este desligamento será feito a partir do controle da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), que deverá enviar mensalmente a lista de desligamentos à CPLGBTI+.
- ii) Óbito;
- iii) Inadaptação;
- iv) Descumprimento das regras, normas e exigências do programa;
- v) Mudança de município;
- vi) (Re)inserção no mercado de trabalho;
- vii) Abandono sem justificativa;
- viii) Desligamento solicitado a pedido da instituição de ensino por comportamento inadequado e/ou incompatível com as normas de convivência;

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Embora as discussões sobre gênero e sexualidade tenham se intensificado nos últimos anos nos diversos espaços sociais, no contexto educacional, as ações e políticas relacionados à temática ainda enfrentam certa resistência para serem efetivamente implementadas (GONÇALVES; SIMANCAS TRUJILLO, 2020, LIMA, 2020). Ainda hoje, determinados ambientes sociais responsáveis por oferecer representatividade e autonomia, a exemplo da escola, inclinam-se para silenciar questões relacionadas à diversidade (AVELAR et al., 2022). Esses espaços, por sua vez, são imprescindíveis para assegurar a manutenção dos interesses hegemônicos (FARIA; GOMES; MODENA, 2022).

A austeridade do sistema educacional, que reflete os valores excludentes presentes na sociedade, atua de forma prejudicial na vida cotidiana de pessoas trans no geral, repercutindo negativamente ao gerar, de maneira ininterrupta, estigmas e preconceitos associados à sua condição identitária e sexual (SOUZA; BERNARDO, 2015). Nas últimas duas décadas diversos programas governamentais foram criados, contendo propostas de ações relativas à educação, conscientização e mobilização frente às questões de gênero e sexualidade nas escolas, contudo, a efetivação destas ações foi executada de modo precário (LIMA, 2020).

No entanto, de modo geral, o compromisso da educação com a promoção e valorização da diversidade aconteceu de maneira discreta e, na maioria das vezes, de forma isolada. Apesar das iniciativas apresentadas, a garantia da permanência de pessoas trans nas escolas ainda é considerada um desafio crônico para as políticas educacionais. Pioneira em âmbito nacional, a pesquisa do Projeto Trans realizado em 2015¹⁶ aponta que cerca de 25,4% dos entrevistados não possuem ensino fundamental completo, 59,4% afirmam terem interrompido seus estudos em alguma fase do ensino médio e apenas 2,2% concluíram o nível superior (NUH, 2015).

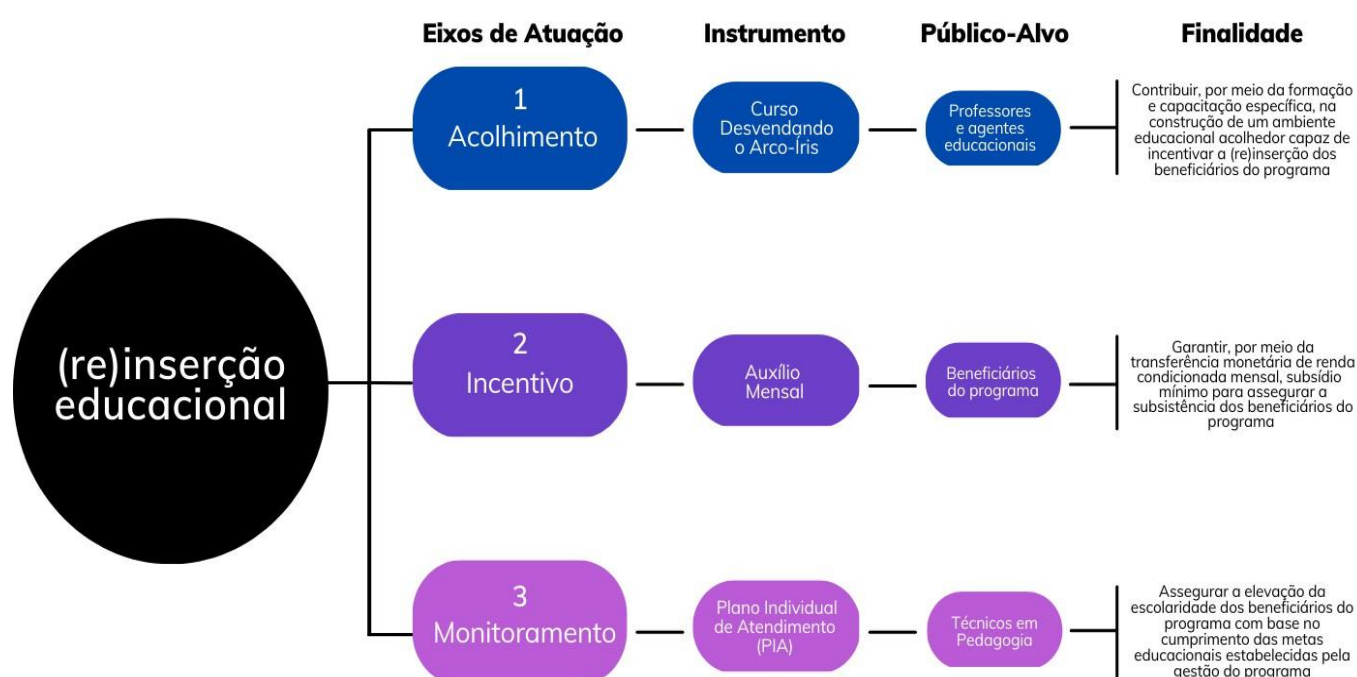
O estudo publicado pelo CEDEC, intitulado como “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo”, destina-se a realizar um mapeamento socioeconômico e demográfico de pessoas trans na capital e reafirma, em seus principais resultados, o cenário de desigualdades recorrente para a maioria destes indivíduos. Segundo a pesquisa, cerca de 64% dos entrevistados deixaram de frequentar a escola ao se deparar com muitas dificuldades de aceitação e, desde muito cedo, enfrentar situações de ridicularização, desrespeito e violência (CEDEC, 2021).

Para reverter esse cenário, é necessário, sobretudo, criar estratégias capazes de

¹⁶ Dados extraídos da seção “Educação” - “Gráfico 8” – “Taxa de Escolaridade das Entrevistas” do autor mencionado.

incentivar a (re)inserção de pessoas trans nos ambientes escolares com objetivo centrado em assegurar a permanência desta comunidade. Os resultados desta pesquisa apontam o Programa Transcidadania como uma solução alternativa capaz de atuar nesse processo. De acordo com as informações obtidas junto a CPLGBTI+, o processo de (re)inserção educacional de pessoas trans ocorre, do ponto de vista institucional, por meio de três fatores: (i) Acolhimento; (ii) Incentivo e; (iii) Acompanhamento. A figura abaixo descreve a atuação de cada um deles e apresenta, resumidamente, os instrumentos utilizados para atingir os resultados desejados.

Figura 5: Estrutura do processo de (re)inserção educacional utilizado pelo programa Transcidadania



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações fornecidas pela gestão do programa (2023)

5.1 ACOLHIMENTO

O acolhimento se apresenta como o primeiro eixo de atuação do processo de (re)inserção educacional dos beneficiários do programa. De acordo com os dados apresentados ao longo da pesquisa, a evasão escolar é ocasionada, dentre outros fatores, pela inadequação do espaço escolar e pelo despreparo dos atores frente às individualidades de sujeitos trans e travestis. Além disso, a transfobia verbal, psicológica e, por vezes, física, proferida entre colegas e agentes educacionais, tende a se intensificar e (re)produzir condutas discriminatórias que potencializam a saída involuntária de pessoas trans das escolas.

Para reverter esse cenário recorrente na vida de transexuais e travestis, é preciso atuar na construção de um processo de (re)inserção educacional que tenha como base um espaço escolar acolhedor e preparado para lidar com as distintas manifestações de gênero e sexualidade dos beneficiários. Por isso, o programa considera que a construção de um ambiente escolar inclusivo é o requisito primordial para ressignificar o papel da educação na vida de travestis e transexuais. A missão por de trás da estruturação de um ambiente inclusivo não se limita a proporcionar acolhimento e identificação, mas, sobretudo, cria condições favoráveis para incentivar permanência de pessoas trans nas escolas visando inseri-las em um cenário diferente do qual estão compulsoriamente habituadas.

De acordo com a gestão do programa, para atingir esse resultado é preciso, sobretudo, capacitar todos os atores¹⁷ envolvidos no processo de (re)inserção educacional que estabelecem, em maior ou menor grau, contato com os beneficiários. Nesse contexto, o instrumento utilizado pelo programa para tornar a escola como um espaço capaz de proporcionar identificação e conforto é centrado no investimento em capacitação e formação dos atores para com temas direcionados a diversidade. O curso formativo “Desvendando o Arco Íris” apresenta-se como a estratégia utilizada pela gestão do Programa Transcidadania para capacitar todos os atores e agentes educacionais lotados em escolas que ofertam ensino regular e modalidade EJA.

Também conhecido como “Encontro de Alinhamento” pela gestão do programa, o curso prevê, entre outros objetivos, trabalhar pedagogicamente a definição de conceitos associados a identidade de gênero e sexual e, ao mesmo tempo, aspectos transversais relacionados a promoção da cidadania e direitos humanos de pessoas trans e travestis. É necessário que, de acordo com a gestão do programa, o curso formativo também seja utilizado para formação e capacitação de servidores que estabelecem, diretamente ou não, contato, em maior ou menor grau, com os beneficiários do programa. O conteúdo programático do curso não foi informado em sua totalidade pela gestão do programa.

Entretanto, é possível ter acesso a sua estruturação formativa. De acordo com as informações repassadas pela CPLGBTI+, atualmente, o curso possui capacidade para de 30 a 40 pessoas, com carga horária de aproximadamente 12 a 15 horas, dividido em 4 ou 5 encontros semanais de 3 horas cada um. A duração total do curso pode oscilar entre um mês a um mês e meio de formação. A variação da carga horária e da duração está relacionada a fatores como: i) número de participantes, ii) nível de conhecimento prévio sobre a temática, iii) envolvimento e participação da turma e demais outros quesitos.

Em resumo, a formação ofertada pela gestão do programa a atores e agentes

¹⁷ Considera-se atores o conjunto de profissionais que participam direta ou indiretamente do convívio cotidiano no ambiente escolar (a exemplo de professores, agentes administrativos, funcionários e demais servidores lotados nos espaços escolares).

educacionais busca propor um novo modelo de escola inclusiva que deve, por obrigação, reprimir pedagogicamente e, quando preciso, condenar institucionalmente valores, comportamentos e condutas discriminatórias proferidas ou defendidas nas escolas em desfavor de pessoas trans. A capacitação oferecida por meio do curso “Desvendando o Arco Íris” provoca a reflexão do uso inconsciente e involuntário de conceitos historicamente heteronormativos no cotidiano e, ao mesmo tempo, propõe sua substituição por meio de hábitos e comportamentos baseados em conceitos inclusivos e diversos.

Contudo, para (re)inserir pessoas trans e travestis aos ambientes educacionais é necessário ir além da construção um espaço escolar inclusivo e da capacitação adequada de todos os atores envolvidos. É preciso assegurar a permanência do público-alvo do programa e, ao mesmo tempo, garantir o acesso regular e frequente a escola. Por isso, o segundo eixo de atuação do programa prevê o repasse de um benefício monetário mensal condicionado, considerado como “Auxílio Mensal”, como estratégia alinhada ao incentivo para adesão ao processo de (re)inserção educacional.

5.2 INCENTIVO

Pessoas trans e travestis, por ordem natural, estão inseridas, mesmo que de modo involuntário, em um quadro recorrente de vulnerabilidade socioeconômica. Conforme exemplificado no referencial teórico dessa dissertação, especificamente sobre o tópico que trata sobre o processo de marginalização social compulsória, é possível deduzir que o ciclo vicioso ao qual pessoas trans são submetidas inviabiliza, por completo, qualquer possibilidade de dependência formal de renda e trabalho. Estima-se que 58% de pessoas trans utilizam a informalidade como principal fonte de renda, desempenhando funções de “autônomo” e realizando “bicos”, sem qualquer tipo de seguridade social (CEDEC, 2021)¹⁸.

Essa realidade reforça a dependência da informalidade e solidifica a manutenção do quadro de marginalidade e, por consequência, tende a estabelecer e intensificar a prática assídua da prostituição como trabalho. Atualmente, apesar dos avanços citados ao longo desse trabalho, cerca de 46% das travestis e 34% das mulheres trans ainda atuam como profissionais do sexo (CEDEC, 2021)¹⁹. A renda obtida por meio do trabalho sexual ou das vias informais, na maioria das vezes, quase sempre é revertida para custeios pessoais, alimentação e moradia e, por vezes, se torna insuficiente. De acordo com os dados da pesquisa mais recente já realizada, cerca de

¹⁸ Dados extraídos da “Figura 8”, localizados na página nº 36 do autor mencionado.

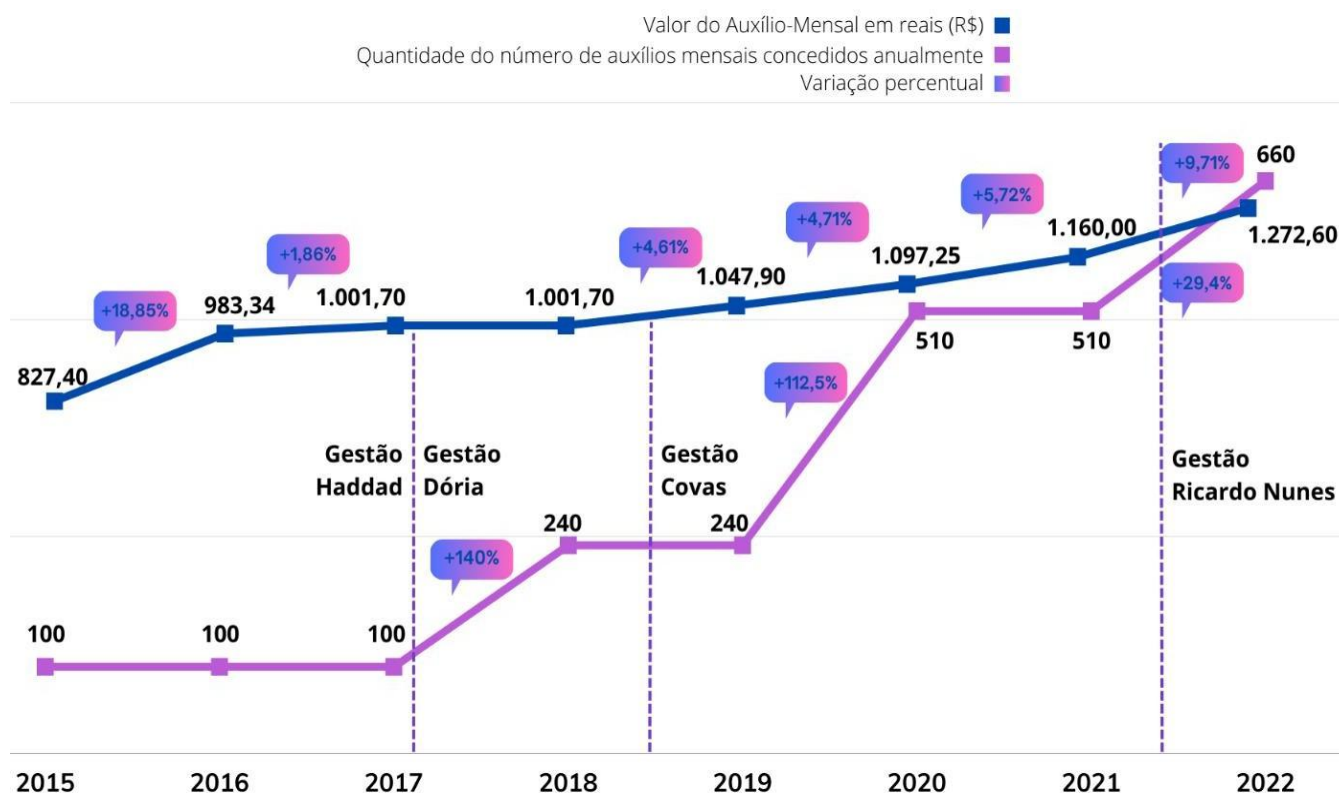
¹⁹ Dados extraídos da “Tabela 12”, localizados na página nº 35 do autor mencionado.

67% de pessoas trans e travestis sobrevivem com uma renda média que varia de R\$ 523,00 à R\$ 2.090,00 (CEDEC, 2021)²⁰.

Ao contrário do senso comum, o programa não possui foco direcionado ao combate ou criminalização social do trabalho sexual. O objetivo do incentivo financeiro concedido aos beneficiários do programa, de acordo com as informações repassadas pela CPLGBTI+, está centrado em complementar o orçamento doméstico visando, sobretudo, garantir os subsídios necessários para facilitar acesso e a permanência desses indivíduos nos ambientes escolares. Portanto, o auxílio mensal é considerado um instrumento de significativa importância no processo de (re)inserção educacional do programa, uma vez que se configura uma ferramenta capaz de incentivar a permanência e, ao mesmo tempo, combater as vulnerabilidades.

A figura abaixo descreve a crescente evolução dessa ferramenta, considerando desde o ano de sua implementação (2015) até os dados mais recentes, repassados pela CPLGBTI+.

Figura 6: Incentivo monetário como ferramenta do processo de (re)inserção educacional



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados repassados pela CPLGBTI+ (2023)

Durante as gestões Dória-Covas (2017-2021), conhecidos por uma atuação política alinhada ao centro democrático, o percentual relacionado a capacidade do número de vagas

²⁰ Dados extraídos da “Figura 11”, localizados na página nº 40 do autor mencionado.

subiu em cerca de 252,5% quando comparado ao marco inicial do programa, que previa 100 vagas em 2015, criado na gestão Haddad. De modo geral, o reajuste no valor do auxílio concedido pelos ex-prefeitos também foi consideravelmente satisfatório. Os tucanos, durante os quatro anos e meio em que estiveram à frente da gestão do município propuseram, em média, um reajuste de 16,04%, ainda pouco distante do aumento de 20,27% concedido em apenas dois anos na gestão petista.

O emedebista Ricardo Nunes, que assumiu a gestão em maio de 2021 em decorrência da morte de Bruno Covas, deu continuidade na conduta adotada pelos governos anteriores e, além de manter, também promoveu a expansão do programa. Conhecido publicamente por sua associação a movimentos conservadores e religiosos, Ricardo Nunes seguiu na contramão da expectativa de parte de seu eleitorado e anunciou reajuste de 9,71% no valor do auxílio e aumentou mais 150 vagas para potenciais novos beneficiários.

Desde que foi implementado, em 2015, o número de bolsas e o valor monetário concedido foram expandidos e reajustados periodicamente, mesmo diante da troca de governos considerados antagônicos do ponto de vista ideológico. Além de ser considerado um programa cuja missão social é indiscutivelmente necessária, o programa Transcidadania se mostrou como uma política pública presente na agenda de governo cuja finalidade se sobrepõe das demandas políticas-partidárias. O reajuste especificamente relacionado ao significativo aumento da oferta do número de bolsas pode ser considerado um fator potencializador da aderência dos beneficiários do programa, uma vez que possibilita a inserção de novos beneficiários.

Portanto, o incentivo monetário atua, no processo de (re)inserção educacional, como um instrumento transversal, ora centrado em garantir subsídio financeiro para assegurar a permanência do beneficiário na escola, ora centrado em combater demais vulnerabilidades socioeconômicas em decorrência da situação de exclusão e marginalidade. No entanto, é necessário ir mais longe. Além de construir um ambiente acolhedor e garantir subsídios financeiros para endossar a presença dos beneficiários nas escolas, é preciso, sobretudo, garantir e acompanhar a elevação do nível de escolaridade, meio do cumprimento de metas educacionais estabelecidas pela gestão. Esse é o terceiro e último eixo de atuação.

5.3 METAS EDUCACIONAIS

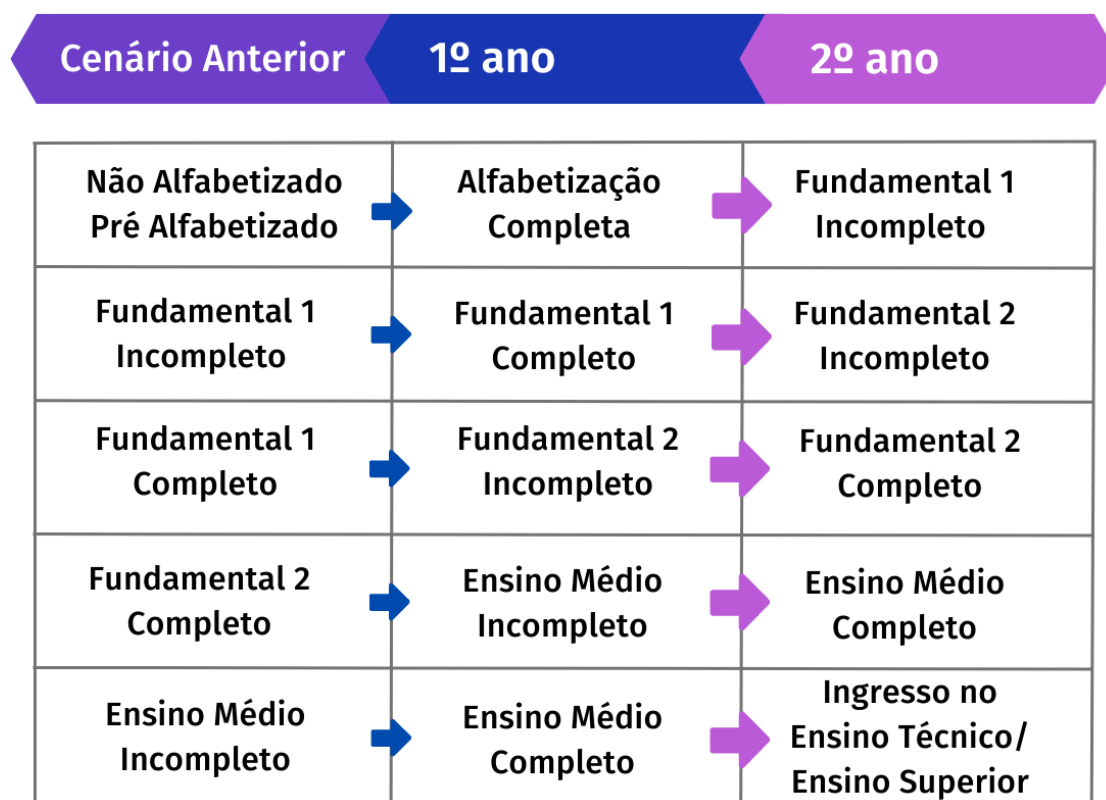
A adesão ao programa Transcidadania, além de conceder uma série de benefícios, também exige de seus beneficiários, como contrapartida, o cumprimento de determinadas regras e metas definidas pela gestão do programa. Para além das questões relacionadas à assiduidade e veracidade da condição de vulnerabilidade socioeconômica, os beneficiários devem atingir as metas desejadas em relação a sua evolução escolar. O processo de (re)inserção educacional é construído por meio de eixos de atuação interdisciplinares que, embora sejam bastante autônomos, possuem uma relação de dependência entre si.

No entanto, as metas educacionais definidas pela gestão do programa devem ser avaliadas e monitoradas individualmente de acordo com a escolaridade de cada beneficiário. Por meio desse eixo de atuação é possível identificar, entre outros aspectos, informações e dados importantes relacionados a efetividade e eficácia do programa. Todavia, embora o próprio programa preveja a necessidade de acompanhamento e monitoramento por intermédio do PIA, os dados relacionados a esse assunto ainda são considerados insuficientes e incompletos para uma análise robusta ou aplicação de métodos quantitativos capazes de medir o impacto da política. São as metas educacionais que devem orientar o beneficiário sobre sua *performance* durante o período em que se encontra vinculado ao Transcidadania.

As metas são definidas de acordo com o grau de escolaridade do beneficiário considerando unicamente seu nível de instrução em cenário anterior a adesão ao programa. Por isso, as metas possuem uma variabilidade particular conforme o nível de conhecimento que cada beneficiário possui e, de modo consequente, as expectativas relacionadas a sua evolução também oscilam. Em prática, para conseguir êxito no cumprimento das metas educacionais é necessário localizar e inserir o beneficiário no ciclo da educação básica ao qual faz referência ao grau de instrução adquirido antes de vincular-se ao programa.

A partir de então, o programa consegue estabelecer as metas para o 1º e 2º ano, tendo como objetivo fomentar a progressão gradativa do nível de escolaridade condizente com o perfil do beneficiário. A figura abaixo descreve a estruturação das metas educacionais definidas pelo programa Transcidadania para seus beneficiários, conforme o seu nível de escolaridade adquirido antes de estabelecer vínculo ativo com a política.

Figura 07: Metas Educacionais



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações repassadas pela CPLGBTI+ (2023)

Nesse processo, é indispensável a atuação do técnico em pedagogia. O profissional em educação se torna protagonista do processo de (re)inserção educacional dos beneficiários do programa ao considerar que seu papel, nesse contexto, se ramifica em duas funções interdependentes: burocrata e instrutor. Como instrutor, além de reportar diretamente à gestão do programa questões relacionadas ao desempenho escolar dos beneficiários, o pedagogo também oferece suporte profissional. O beneficiário, quando manifesta dificuldade de aprendizado na resolução diária de atividades letivas repassadas pelas unidades educacionais, pode recorrer ao pedagogo lotado no CCLGBTI+ para auxiliá-lo.

Desse modo, as limitações de aprendizado podem ser sanadas ao longo do processo educacional de modo a possibilitar ao beneficiário um suporte profissional capaz de resultar em melhora no seu desempenho acadêmico, tornando-o, por consequência, mais eficiente. Como burocrata, o pedagogo deve atuar como agente intermediador capaz de estabelecer um elo formal entre a instituição escolar e a gestão do programa. Nesse papel, para fins mais específicos, o profissional de educação deve responsabilizar-se pela avaliação e monitoramento do cumprimento das metas definidas e descritas na figura acima.

De acordo com as informações repassadas pela CPLGBTI+, o cumprimento das metas, definidas pela gestão do programa, devem ser aferidas semestralmente pelo pedagogo e comparadas com as metas estabelecidas no PIA, que são definidas pelo próprio beneficiário logo quando inserido no programa. É possível denominar esse processo de comparação de metas como “Relatório Primário”. Paralelo ao relatório primário, existem outros fatores que influenciam na construção de um diagnóstico mais amplo sobre a evolução e o desempenho escolar do beneficiário. Esse conjunto de fatores constitui o “Relatório Secundário”.

A cada semestre, a escola na qual o beneficiário está matriculado deve enviar alguns documentos adicionais ao CCLGBTI+ ao qual o beneficiário está vinculado, por exemplo: histórico escolar, relatório de frequências e avaliações individuais elaboradas pela unidade escolar. Esses documentos, produzidos pelos agentes educacionais envolvidos no processo de ensino aprendizagem dos beneficiários na escola, são encaminhados preferencialmente ao pedagogo responsável em cada um dos quatro CCLGBTI+ espalhados pela cidade de São Paulo. Posteriormente, os documentos enviados pelas unidades escolares são analisados pelo pedagogo responsável em conjunto com toda a equipe técnica de cada um dos quatro centros de cidadania que, ao final, emite um “Relatório Secundário”. Ao fim de cada semestre letivo, os dois relatórios são enviados à gestão do programa para um diagnóstico. Esse diagnóstico construído pela gestão, em síntese, busca identificar a existência de alinhamento entre as expectativas definidas pelo programa e toda equipe técnica envolvida para com as expectativas estabelecidas pelo beneficiário, contidas no PIA.

Desse modo, uma vez constatado o alinhamento, o processo de (re)inserção educacional pode ser considerado exitoso e, de modo consequente, a evolução do beneficiário relacionado ao seu desempenho escolar também. No entanto, se o diagnóstico for capaz de apontar um desalinhamento entre as partes, em especial para o descumprimento das metas educacionais por parte do beneficiário, é possível que a gestão adote, em conjunto com os centros de cidadania e as escolas, algumas estratégias e mecanismos de caráter pedagógico capazes de atuar na reversão desse quadro e contribuir, de maneira ininterrupta, na constante evolução.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para uma considerável parcela da sociedade, é corriqueiro pensar e, em até certo grau, permissível culturalmente, associar pessoas trans como contraventoras ou violadoras das normas e padrões de gênero dominantes. A narrativa de que transexuais e travestis representam e, ao mesmo tempo, provocam propositalmente a destruição de hábitos, valores e comportamentos heteronormativos colocam essas pessoas em um cenário passível de constante repressão e ininterruptos julgamentos. Esse quadro que, por décadas, parecia inquebrantável tende não somente a reforçar estigmas e preconceitos historicamente atribuídos a essa minoria; mas, sobretudo, busca suprimir sua presença em espaços de representação e poder.

Por isso, a finalidade dessa pesquisa esteve centrada em apresentar, descrever e analisar uma alternativa, construída pelo Estado, para romper com o ciclo social recorrente de exclusão na vida de pessoas trans, utilizando a educação como sua principal ferramenta de atuação. No que se refere ao seu escopo teórico, a pesquisa trouxe reflexões importantes sobre temas inerentes a formação identitária e aos dilemas cotidianos vivenciados por pessoas trans nos diversos espaços sociais, incluso o ambiente escolar. O objetivo estava pautado em descrever, com base na literatura, os fatores associados a formação do processo de exclusão social de caráter precoce, compulsório e majoritariamente involuntário.

Por meio dessa pesquisa, foi possível observar que as sequelas do processo de marginalização social compulsória, embora sejam historicamente conhecidas, ainda se fazem presentes, mesmo que de forma indesejada, na vida da maioria de pessoas trans e travestis. A dependência da prostituição como principal fonte de renda, o baixo nível de escolaridade e a inexpressividade de ocupação de vagas do mercado formal de trabalho ainda se configuram como sintomas indissociáveis desse cenário. Por isso, as discussões teóricas propostas nesse estudo, assim como o objeto de análise dessa pesquisa, visaram reafirmar a necessidade e a responsabilidade social da temática associada às pessoas trans.

A literatura utilizada, baseada nas teorias feministas clássicas, contribuiu com o debate conceitual sobre a definição da transexualidade e do ser transexual como um produto das expressões de gênero, desassociando-se do discurso médico, altamente excludente. Essa pesquisa, por meio de seu escopo teórico, buscou eliminar equívocos históricos e tendenciosamente criminosos ocasionados pela medicina ao reforçar o discurso da associação da transexualidade como patologia. Ainda sobre o assunto, observou-se que, embora alguns avanços tenham sido conquistados especialmente na área da saúde nas últimas duas décadas

por intermédio da abertura de governos progressistas, a inclusão social e o acesso a cidadania plena para de travestis e transexuais, contudo, ainda se distancia, em larga escala, do que possa ser considerado como minimamente satisfatório.

No que se refere aos resultados e discussões, essa pesquisa passou a considerar o Programa Transcidadania como uma solução estratégica de enfrentamento ao cenário de exclusão social. Por meio de um sistema de condicionalidades pautado no (re)ingresso escolar, observou-se que a (re)integração social de pessoas trans pode ser alcançada por intermédio de um processo de (re)inserção educacional robusto, que tenha, por missão, promover a elevação do nível de escolaridade de seus beneficiários por meio de um acompanhamento multidisciplinar e altamente estruturado.

Os três eixos de atuação do processo de (re)inserção educacional (acolhimento, incentivo e metas) estabelecem um conjunto de normas e procedimentos de cunho pedagógico e formativo que tornam a inclusão do beneficiário em uma alternativa capaz de ressignificar seu papel em sociedade. Em síntese, o processo busca: a) capacitar atores e agentes educacionais, b) garantir condições de acesso e permanência aos beneficiários e c) certificar a elevação do nível de escolaridade por meio de estratégias de monitoramento.

Em tempo, essa pesquisa foi capaz de evidenciar que o programa, embora tenha sido criado em 2015 por uma gestão conectada aos ideais progressistas, manteve-se como política de interesse comum na agenda de sucessores cuja atuação e convicção política/partidária se distanciava da idealização inicial do projeto. Devido a sua missão e importância social, o programa foi aprimorado e expandido, tanto em capacidade orçamentária quanto no aumento na oferta de vagas, tornando-o um objeto de interesse comum e de sucesso entre governo e sociedade.

Conclui-se, portanto, que o estudo, de caráter exploratório, contribuiu para tornar o processo de (re)inserção educacional adotado pelo programa Transcidadania uma ferramenta passível de difusão. Para além de combater desigualdades históricas e romper com ciclos intergeracionais de exclusão, é preciso propor e, ao mesmo tempo, executar ações práticas e concretas que possibilitem uma mudança real na vida de pessoas trans. É imprescindível rever estratégias capazes de construir mais do que pequenas ações isoladas do Estado.

REFERÊNCIAS

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. 88 p. Disponível em: <https://abglt.org.br/wp-content/uploads/2020/05/IAE-Brasil.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2023.

ABRAMOVAY, M. (org.); CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 412p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133977>. Acesso em: 27 mar. 2023.

ABRAMOVAY, M. (org.); CUNHA, A.; CALAF, P. **Revelando tramas, descobrindo segredos**: violência e convivência nas escolas. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/237993/Publicacao_Revelando_tramas.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

ALMEIDA, C. B.; VASCONCELLOS, V. A. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo. **Revista Direito FGV**, v.14, n.2, p. 302-333, 2018. DOI: 10.1590/2317-6172201814

ALMEIDA, G.; MURTA, D. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 14, p. 380-407, 2013. DOI: 10.1590/S1984-64872013000200017.

ANDRADE, L. N de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 279 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 27 mar. 2023.

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. In: BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2021. 140 p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

ARÁN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 9, n. 1, 2006. DOI:10.1590/S1516-14982006000100004.

ARÁN, M.; MURTA, D.; LIONÇO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, 2009. DOI: 10.1590/S1413-8123200900040002

AVELAR, R. B. de.; RODRIGUES GONÇALVES, J. V.; MENDES, A.; QUEIROZ, T. A. (Trans)gredindo preconceitos? a escassez de travestis e transexuais no mundo do trabalho. **Historiae**, v. 13, n. 1, p. 45–71, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/12740>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BARCELLOS, C. **Demitindo Preconceitos**. Goiânia: Memória LGBT. 2017.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. 3ª ed. Salvador, BA: Editora Devires, 2017. 252 p.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011. DOI: 10.1590/S0104-026X2011000200016.

BENTO, B. **O que é transexualidade**. 1ª ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense. 2008. 181 p.

BORTOLINI, A. Diversidade sexual e de gênero na escola. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 123, p. 27-37, 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 2003. 287 p.

CAMPOS, G. de A.; PEREIRA, M. C. Cursinho Prepara Trans: possibilidade de articulação entre gênero e educação popular. **Revista de Educação Popular**, v. 17, n. 3, p. 183–194, 2019. DOI: 10.14393/REP-v17n32018-rel01.

CFM – Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1.482 de 10 de setembro de 1997. Autoriza, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF: p. 20.994, 19 set. 1997. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1997/1482_1997.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

CONCÍLIO, I. L.; AMARAL, M.; SILVEIRA, P. M. (orgs). **Transcidadania**: Práticas e Trajetórias de um Programa Transformador. 1ª ed. São Paulo: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2017. 192 p.

DSM IV - **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 4ª ed. Porto Alegre, RS: Editora Artmed, 2002.

FARIA, M. A de.; GOMES, M. C. A.; MODENA, C. M. “Mar de bullying”: turbilhão de violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na escola. **Educação e Pesquisa**, v. 48, n. (contínuo), p. e241630, 2022. DOI: 10.1590/S1678-4634202248241630por

FLEURY, F. M. **O Programa Transcidadania como exemplo de política pública promotora da cidadania e do direito fundamental ao trabalho digno das pessoas trans**. 2016. 103 p. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 1ª ed. Porto Alegre, Brasil: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo, Brasil: Atlas, 2002. 176 p.

GONÇALVES, J. V. R.; MEIRA, L. A.; VALADÃO, M. A. P.; TABAK, B. M.; ARAUJO, A. C. M. S. Incentivos Fiscais do Imposto sobre a Renda como Instrumento de Política Social Redistributiva para a Projeção Econômica das Famílias: uma Revisão da Literatura. **Economic Analysis of Law Review**, v. 13, n. 2, p. 337-363, 2022. DOI: <https://doi.org/10.31501/ealr.v13i2.13707>. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/13707>. Acesso em: 27 mar. 2023.

GONÇALVES, J. V. R.. A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no ensino superior. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SIES), 1., 2018, Goiânia-Goiás. **Anais [...]**. Goiânia-Goiás: Universidade Estadual de Goiás (UEG), 2018a. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/SIES/article/view/12207>. Acesso em: 27 mar. 2023.

GONÇALVES, J. V. R. As barreiras sociais que afastam a população transexual na busca pela permanência no sistema educacional. In: V CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG, 5., 2018, Pirenópolis-Goiás. **Anais [...]**. Pirenópolis-Goiás: Universidade Estadual de Goiás (UEG), 2018b. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/13310>. Acesso em: 27 mar. 2023.

GONÇALVES, J. V. R. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O MODELO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA UNIDADE PRISIONAL DE JARAGUÁ. **Ciclo Revista: Vivências em Ensino e Formação**, v. 3, n. 1, 2018c. Disponível em: <https://ifgoiano.emnuvens.com.br/ciclo/article/view/735>. Acesso em: 27 mar. 2023.

GOTARDI, F. M.; PEREIRA; M. A. M dos. S. B. **Inclusão da população trans na cidade de São Paulo e o Programa Transcidadania como política pública de apoio à empregabilidade**. 2021. 98 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas) -Programa de Pós-graduação em Gestão e Políticas Públicas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/31535>. Acesso em: 27 mar. 2023.

HOGEMANN, E. R. Humanos e Diversidade Sexual: O reconhecimento da identidade de gênero através do nome social. **Revista SJRJ**, v. 21, n. 39, p. 217-231, 2014. Disponível em: <https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrrj/arquivo/508-2259-1-pb.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

IRIGARAY, H. A. R.; STOCKER, F.; MANCEBO, R. C. Gaslighting: A arte de enlouquecer grupos minoritários no ambiente de trabalho. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 63, n. 1, p. e2021-0277, 2022. DOI: 10.1590/S0034-759020230105

JESUS, J. G de. Pessoas Transexuais Como Reconstructoras de Suas Identidades: reflexões sobre o direito ao gênero. In: Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social: diálogos interdisciplinares, 2010, Brasília-DF. **Anais [...]**. Brasília-DF: Universidade de Brasília (UnB), 2010.

- LICCIARDI, N. *et al.* A discriminação de mulheres travestis e transexuais no mercado de trabalho. **Revista Científica Hermes**, v. 14, p. 201–218, 2015. DOI: 10.21710/rch.v14i0.210.
- LIMA, T. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 1, n. 77, p. 70-87, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v1i77p70-87.
- LIONÇO, T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009. DOI:10.1590/S0103-73312009000100004.
- LONGARAY, D. A.; RIBEIRO, P. R. C. Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais. **Revista Brasileira De Educação**, v. 20, n. 62, p. 723-747, 2015. DOI: 10.1590/S1413-24782015206209
- NETO, F de. O. N.; MACEDO, G da. S.; BICALHO, P. P. G. A Criminalização das Identidades Trans na Escola: Efeitos e Resistências no Espaço Escolar. **Psicologia: Ensino & Formação**, v. 7, n. 1, p. 78-86, 2016. DOI: 10.21826/2179-58002016717886.
- NUH - Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de MinasGerais. **Projeto Trans**: Travestilidades e Transexualidades. Disponível em: http://www.nuhufmg.com.br/gde_ufmg/index.php/projeto-trans. Acesso em: 27 mar. 2023.
- OLIVEIRA, P. C. A importância do ensino sobre questões de gênero na educação. In: II Seminário de Estágio da Licenciatura em Ciências Sociais, 2., 2011, Londrina-PR. **Anais [...]**. Londrina-PR: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2011. Disponível em: <https://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/aOLIVEIRA%20%20Polyanna%20Claudia.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2022.
- PANIZA, M. D. R.; MORESCO, M. C. À margem da gestão da diversidade? Travestis, transexuais e o mundo do trabalho. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 62, n. 3, p. e2021–0031, 2022. DOI: 10.1590/S0034-759020220305.
- PEDRA, C. B. *et al.* Políticas públicas para inserção social de travestis e transexuais: uma análise do programa “Transcidadania”. **Revista de Ciências do Estado**, v. 3, n. 1, p. 170-199, 2018. DOI: 10.35699/2525-8036.2018.5091.
- PEREIRA, P. P. G. Pós-faciso. In: BENTO, B. (org.). **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. 3ª ed. Salvador, BA: Editora Devires, 2017. 252 p.
- PRADO, M. A. M.; MARTINS, D. A.; ROCHA, L. T. L. O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia institucional. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 3, n. 4, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2304>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- RODRIGUES GONÇALVES, J. V.; SIMANCAS TRUJILLO, R. Da esquina ao escritório: uma análise sobre a ausência de mulheres transexuais no mercado de trabalho formal em Goiás. **Pensamiento Americano**, v. 13, n. 26, p. 33–50, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21803/penamer.13.26.419>. Acesso em: 27 mar. 2023.

RONDAS, L. de O.; MACHADO, L. R. de S. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 1, p. 191–205, 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 mar. 2023.

SANTANA, C. R. F. **Inserção laboral de travestis e transexuais na cidade de São Paulo: o Programa TransCidadania**. 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20490> . Acesso em: 27 mar. 2023.

SANTOS, K. M de. O.; SILVA, L. C. O. Marcadas pelo mercado: inserção profissional e carreira de mulheres transexuais e travestis. **Cadernos Pagu**, n. 62, 2021. DOI: 10.1590/18094449202100620021.

SÃO PAULO (Município). **Decreto municipal nº 58.227/2018**. Confere nova regulamentação ao Programa TransCidadania, instituído pelo Decreto nº 55.874, de 29 de janeiro de 2015, bem como institui e inclui, no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, o “Mês da Visibilidade Trans”. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2018.

SÃO PAULO (Município). **Portaria nº 006/2018**. Cria o Grupo de Trabalho Intersecretarial do programa Transcidadania. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-direitos-humanos-e-cidadania-smdhc-6-de-5-de-janeiro-de-2018>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura Municipal de São Paulo. **Rede de Atendimento de Direitos Humanos**: Manual de atendimento Centro de Cidadania LGBTI e Centro de Referência e Defesa da Diversidade. SMDHC: Coordenação de Políticas para LGBTI. São Paulo, 2021. 87 p. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Manual%20de%20atendimento-%20CCLGBTI%20e%20CRD.pdf . Acesso em: 27 mar. 2023.

SILVA, E. A da.; SILVA, H. A. M.; DAMIÃO, R. Cirurgia de transgenitalização de masculino para feminino. In: SILVA, E. A da. (org.). **Transexualidade**: princípios de atenção integral à saúde. 1ª ed. São Paulo: Editora Santos, 2012. 260 p.

SOUZA, H de. A. **O desafio do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais**. 2012. 128 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2012. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15935> . Acesso em: 27 mar. 2023.

SOUZA, H. de A.; BERNARDO, M. H. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 8, n. 11, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6548>. Acesso em: 27 mar. 2023.